

VENHA DESCOBRIR AS VANTAGENS QUE TEMOS PARA SI.

RELATÓRIO E CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.



ÍNDICE

Relatório anual do conselho de administração do Banco Terra, S.A. 2013
Relatório e parecer do conselho fiscal
Relatório dos auditores independentes
Demonstração do rendimento integral
Demonstração da posição financeira
Demonstração de alterações de capital próprio

Demonstração de fluxos de caixa
Resumo das políticas contabilísticas e gestão do risco financeiro
Notas às demonstrações financeiras
"Modelo III – Anexo a Circular nº 3/SHC/2007"
"Modelo IV – Anexo a Circular nº 3/SHC/2007"

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO TERRA 2013

PERSPECTIVAS DE MERCADO

Moçambique continua a experimentar um forte crescimento com um PIB de 7,0% em 2013. A inflação está sob controlo com fontes oficiais a fixarem este indicador em 3,16% para 2013, contra os 2,7% do ano anterior. O Metical teve uma depreciação de 1,0% e 6,0% face ao Dólar e ao Euro respectivamente, tendo registado uma valorização de 18,0% em relação ao Rand.

O incremento do volume total de crédito no mercado moçambicano foi de cerca de 17,6%, fortemente influenciado pelo aumento do crédito ao segmento de retalho. As taxas praticadas no mercado interbancário moçambicano sofreram uma importante redução, acompanhando a tendência da FPC que se reduziu em cerca de 75 pontos-base passando de 9,0% para 8,25%. Por sua vez o Banco Terra correspondeu a este processo reduzindo também a sua taxa de referência, a BT Prime Rate (MZN), passando-a para 15,25%.

POSIÇÃO DO MERCADO DO BANCO TERRA

2013 marcou o sexto ano de existência do Banco Terra, tendo a Administração do Banco decidido colocar enfoque nos seguintes objectivos estratégicos principais: A procura de novos investidores para o Banco; o desenvolvimento de um novo Plano Estratégico para os próximos anos; o controlo de custos; e a melhoria do ambiente operacional do Banco. Esta busca de investidores resultou num acordo com o Montepio Holding SGPS, S.A. de Portugal, em que ficaram definidas as condições de entrada deste Banco no grupo de accionistas do Banco Terra.

Decorrente da decisão de reajustar o Plano Estratégico da instituição, associada à necessidade de melhoramento do ambiente operacional do Banco, a Administração adoptou uma estratégia conservadora em relação ao crescimento da sua carteira de crédito, permitindo desse modo uma relativa estabilização do crédito e consequente redução da pressão sobre os principais rácios prudenciais. Em consequência da abordagem conservadora adoptada, o Banco observou uma redução da sua quota de mercado, fixando-se em cerca de 0,86% no final de 2013.

Em termos da nossa actividade comercial continuamos focalizados na vertente do Agronegócio, mas igualmente nos segmentos das Pequenas e Médias Empresas, Corporate e Retalho.

Durante o ano em análise a carteira de crédito constituída por financiamentos ao Agronegócio contribuiu em 39% para o total da carteira do Banco. Em consequência da implementação do novo Plano Estratégico perspectiva-se que o financiamento ao Agronegócio continue a ter peso significativo constituindo cerca de 25% da carteira de crédito do Banco Terra.

Em 2012, o Banco assinou um acordo com o Governo de Moçambique e o Kuwait Fund (Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Económico) mediante o qual, compete ao Banco Terra a gestão deste fundo e financiamento de actividades que contribuam para a segurança alimentar no país. Com a implementação deste fundo, o Banco Terra perspectiva resultados positivos e neste momento, podemos com agrado reportar já terem sido feitos os primeiros desembolsos, estando em análise várias propostas que se espera possam, em tempo útil, vir a ser concluídas com sucesso.

No segmento das PME's o Banco, apoiado pela sua rede de balcões que cobrem as várias regiões do país, financia predominantemente os sectores de Transporte e Comércio. O Banco mantém-se optimista em relação ao potencial dos Corredores próximos aos principais portos do país, também por força das oportunidades criadas pelo conhecido desenvolvimento recente da indústria extractiva no país. Em consequência deste cenário positivo da economia nacional, as PME's poderão colher grandes benefícios nomeadamente contratos mais sólidos abrindo espaço para o aumento do seu crédito junto dos Bancos. A Administração do Banco, em linha com as previsões das entidades especializadas, também antevê um crescimento significativo das PME nos Sectores de Turismo, Imobiliário e Construção.

Em 2013 o Banco continuou a empreender esforços no sentido de incrementar a qualidade dos seus serviços e produtos melhorando desta forma a relação com todos

os seus clientes. No âmbito da introdução de novos produtos e serviços ao cliente, espera-se que a introdução do sistema VISA associado aos cartões de débito do Banco Terra seja concluído e inaugurado em meados do segundo semestre de 2014. Os nossos balcões (incluindo o balcão da Matola, aberto em 2012) estão bem posicionados para desempenhar um maior papel nos seus respectivos (crescentes) mercados.

Importa fazer referência à vertente rural do Banco que integra, especialmente uma parte da sua Missão como instituição de crédito do mercado financeiro moçambicano. Em zonas rurais, pouco privilegiadas pela banca convencional, o Banco Terra tem sido abordado por diferentes entidades, desde empresas a associações de agricultores, para prestar apoio à sua actividade mediante a provisão de serviços bancários. A título de exemplo, um cliente solicitou a substituição de pagamentos em numérico, que vinha sendo feita a milhares de agricultores de pequena escala com quem estabelece uma relação comercial, por pagamento mediante transferência bancária e uso de cartões de débito. Para a implementação deste serviço o Banco Terra instalou 3 ATM's em zonas rurais próximas das áreas de actuação do referido cliente. Ao lado da instalação das 3 ATM's o Banco desenvolveu um programa de educação financeira destinado a agricultores/clientes do Banco permitindo deste modo o correcto uso dos seus cartões de débito para acesso ao seu dinheiro. Estas actividades estão em consonância com as recomendações do Banco de Moçambique para o aumento da inclusão e literacia financeira especialmente nas zonas rurais.

RESULTADOS DO BANCO TERRA PARA 2013

Apraz-nos informar que o exercício de 2013, em comparação ao ano anterior, resultou numa redução das perdas no Banco, apesar da contenção no crescimento do volume de negócios do Banco, influenciado pelo atraso na aprovação do aumento de capital, entretanto já deliberado pelos Accionistas. Para esta redução de perdas no Banco contribuiu de forma marcante a estratégia de contenção de custos, combinada com uma estabilidade dos proveitos do Banco em 2013.

O nível do crédito mal parado no Banco continua sendo uma preocupação, e em face desta situação a Administração redefiniu a sua estratégia de monitoria e recuperação de crédito. Após um trabalho de identificação das razões do crédito mal parado no passado, o Banco tem sido muito mais rigoroso na contratação de financiamentos, o que contribuiu para a melhoria da qualidade da carteira de crédito.

O Auditor Externo emitiu em uma Opinião com ressalvas sobre o Relatório e Contas 2012 do Banco Terra devido a um problema identificado pela Direcção Executiva do Banco e que carecia de resolução adequada. A decisão do Conselho de Administração foi de colocar como prioridade máxima do Banco a resolução tempestiva e com qualidade do problema que resultou na referida opinião do Auditor Externo. Neste momento podemos informar da resolução do problema, com as principais implicações financeiras da solução a constarem do Relatório e Contas 2013. Como consequência directa da resolução do mencionado problema os Auditores Externos emitiram uma Opinião sem ressalvas sobre o Relatório e Contas do Banco Terra 2013. No âmbito e como consequência directa do processo de resolução do problema identificado e resolvido, o Banco reforçou as medidas de controlo interno e melhorou o seu sistema informático bancário (Core Banking System).

CAPITAL SOCIAL DO BANCO, ESTRUTURA ACCIONISTA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme consta do Relatório e Contas 2012, os Accionistas do Banco empenharam-se na procura de um novo investidor estratégico. Esta busca culminou com a assinatura de acordos entre os actuais Accionistas do Banco e o Montepio Holding SGPS, S.A. no dia 25 de Setembro de 2013. Estes acordos prevêem um aumento de capital do Banco Terra. Assim, no âmbito da primeira de duas tranches de aumento de capital fixada em MZN 900.000.000,00 (novecentos milhões de Meticaís), o Accionista Rabo Development, B.V. realizou, ainda em 2013, a totalidade do capital que subscreveu no valor de MZN 329.925.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões novecentos

tos e vinte e cinco mil Meticaís). No ano anterior, a composição do Conselho de Administração foi reforçada com inclusão do Senhor Harry de Roo, antigo Director Financeiro e de Risco do Rabobank International.

PERSPECTIVAS

Em 2014 o Banco Terra vai continuar especialmente focalizado no fortalecimento da sua estrutura organizacional. O aumento de capital no Banco deverá permitir a implementação da estratégia de crescimento já definida. Entretanto, no Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração e pelos Accionistas, a Missão e o foco no Agronegócio permanecerão aspectos-chave da nossa abordagem ao mercado. Adicionalmente o novo Plano Estratégico do Banco prevê especificamente o crescimento da carteira de crédito do Banco mediante financiamento às PME's e ao segmento Corporate. Além disso, esperamos forte lecer as nossas actividades no Sector Comercial, Commodities (Trade-Finance), Retalho e Imobiliário.

Espera-se que a pressão sobre os principais rácios financeiros do Banco continue e, como forma de inverter esta situação, o Banco continuará o seu investimento na melhoria e aumento dos seus serviços e produtos, mediante o desenvolvimento de soluções de base informática e melhoria do ambiente operacional.

Com o aperfeiçoamento dos nossos produtos de retalho, nomeadamente contas-poupança, depósitos a prazo, crédito à habitação, crédito para compra de viatura, crédito ao consumo, assim como a associação do sistema VISA ao cartão de débito do Banco Terra, espera-se uma melhoria dos nossos serviços. O processo de melhoramento dos produtos e serviços do Banco tem vindo a ser implementado com sucesso em todos os nossos balcões.

O Conselho de Administração do Banco Terra agradece de forma muito especial a todos os seus Clientes, Colaboradores, Accionistas e parceiros, pela inestimável contribuição prestada ao Banco rumo à rentabilidade e impacto positivo na sociedade moçambicana.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Terra, S.A., que compreendem a posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, as demonstrações do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas, contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro.

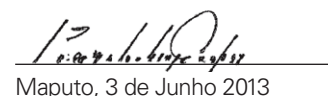
RESPONSABILIDADE DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresen-

tação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Terra, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.


Maputo, 3 de Junho 2013

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Excelentíssimos Senhores Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida no Banco Terra, bem como o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu-se com a regularidade exigida por Lei ao longo do ano e acompanhou a atividade do Banco através da apreciação das Demonstrações Financeiras Trimestrais e respectivos relatórios de gestão, através dos órgãos de administração. Além desta acção de acompanhamento, e como resultado da análise feita e das informações obtidas tanto do relatório como dos contactos havidos com o Auditor Externo, o Conselho Fiscal é da opinião que:

• AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA TERRA COMPOSTAS POR BALANÇO, MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, MAPA DE VARIACÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS, MAPA DE FLUXOS DE CAIXA, SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, DIRECTRIZES DE GESTÃO DE RISCOS E NOTAS EXPLICATIVAS ÀS CONTAS, ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI E SATISFAZEM AS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS, BEM COMO AS NORMAS EMANADAS PELO BANCO CENTRAL;

• AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM ELABORADAS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS); E

• AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFLETEM DE FORMA VERDADEIRA, A POSIÇÃO FINANCEIRA DO BANCO TERRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, BEM COMO OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES E ACTIVIDADES REALIZADAS DURANTE O ANO.

O Conselho Fiscal tomou nota dos seguintes desafios operacionais e medidas correctivas de gestão:

i) A actual estrutura de capital do Banco limitou o crescimento de negócios durante o período em análise. Para reverter este cenário os Accionistas aprovaram um plano para a recapitalização do

Banco. A injeção de capital irá promover o crescimento com solidez do volume de actividades e negócios do banco.

ii) O Banco apresenta níveis elevados de empréstimos vencidos. A melhoria da qualidade da carteira de crédito é um dos grandes desafios dos gestores do Banco, uma vez que este indicador é imprescindível para a melhoria do desempenho do Banco.

O Conselho Fiscal destacou ainda os seguintes aspectos registados durante o ano:

a) **Sistema de controlo interno** - O Banco tem melhorado os seus sistemas de controlo interno, especialmente na área de Tecnologia da Informação. Esta melhoria vai permitir que o Banco alcance o seu potencial de crescimento. O Conselho Fiscal incentiva a equipe de gestão a continuar a melhorar o controlo interno em todas as áreas de operação.

b) **Saldos em contas suspensas e não reconciliados** - A problemática de saldos não reconciliados no montante de 54 milhões apresentados em 2012, que ditou uma opinião qualificada às Demonstrações Financeiras pelo auditor externo, foi ultrapassada, tendo os montantes respectivos sido reconciliados durante o exercício de 2013. Pelo resultado deste esforço da equipa de gestão, o auditor externo expressou uma opinião de auditoria sem ressalvas no presente exercício. Esta é uma melhoria significativa registada nas Demonstrações Financeiras de 2013, comparativamente ao ano de 2012.

c) **Alavancagem da estrutura acionista** - Em 2013, foi aprovada a entrada de um novo investidor estratégico, que passará a integrar a lista dos acionistas do Banco Terra. Por isso no passado dia 25 de setembro de 2013, um Acordo de Joint Venture (JVA) e um Acordo de Subscrição de Ações (SSA) foram assinados entre os acionistas existentes. Segundo o SSA, foi deliberado e subscri-

to um aumento do capital social do Banco, que será realizado em duas tranches. Em Dezembro de 2013, uma primeira parcela de 330 milhões de Meticais foi recebida pelo Banco.

d) **Imparidade da carteira de crédito** - O volume de perdas por imparidade da carteira de empréstimos reduziu em cerca de 96 milhões de meticais (o correspondente a uma redução de 77,1%), comparativamente às perdas registadas em 2012.

e) **Contenções de custos** - As despesas operacionais reduziram-se em cerca de 41 milhões de meticais (uma redução de 11,1%) em relação aos níveis alcançados em 2012.


• APROVE AS DEMONSTRAÇÕES DO BANCO TERRA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013;

• APROVE O RESULTADO APURADO, EVIDENCIADO NAS CONTAS DO BANCO NO MONTANTE DE - 222 MILHÕES DE METICAIS E QUE O VALOR SEJA TRANSITADO PARA O ANO SEGUINTE;

• EXPRESSE O SEU VOTO DE LOUVOR PELO DESEMPENHO DOS COLABORADORES DO BANCO TERRA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013

O Conselho Fiscal acredita na continuidade do banco bem como nas projecções e previsões contidas no seu plano de negócios, os recursos financeiros disponíveis e as mudanças previstas na sua estrutura patrimonial, que resultarão da recapitalização esperada com a entrada do novo acionista, segundo descrito no SSA e JVA.


Anabela E. Mucavela
Presidente


Fred Pelsler
Vogal

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco no final do exercício económico, assim como o rendimento integral, os fluxos de caixa do exercício e demais informação contida neste relatório anual.

Para permitir que os administradores possam exercer estas responsabilidades, o Conselho de Administração e a gestão estabeleceram normas, implementaram sistemas contabilísticos e de controlo interno e sistemas de informação destinados a fornecer uma garantia razoável quanto à salvaguarda dos activos. O risco de ocorrência de erros, fraude ou perdas está minimizado de forma efectiva em termos de custo. Estes controlos, contidos nas políticas e procedimentos estabelecidos, incluem a delegação de responsabilidades e autoridade na medida adequada, procedimentos contabilísticos eficazes e uma adequada segregação de funções. O Conselho Fiscal e a Auditoria Interna, em conjunto com os auditores externos, desempenham um papel fundamental nas questões relativas ao controlo interno e financeiro, políticas contabilísticas, relato e divulgação.

Tendo em consideração as projecções constantes do Plano de Negócios, recursos de caixa disponíveis e no pressuposto de que a estrutura accionista e capitalização do Banco seguirá as alterações previstas no Acordo de Subscrição de Ações e no Acordo de Empreendimento Conjunto, conforme explicado na Nota 20, não existem razões para que a Administração não acredite na continuidade das actividades do Banco no decurso do próximo ano em estrita observância do princípio da continuidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no conceito acima descrito. Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras do exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2013, constantes das páginas 5 a 73, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Terra, SA a 3 de Junho de 2014 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguintes representantes:


Francisco Souto

Vice-Presidente do Conselho de Administração


Dominicus Terberg

Director Executivo


Christopher Curtiss

Director Financeiro


Dionísio Manhique

Contabilidade e Reporte

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2013	2012
		000 MT	000 MT
Juros e Rendimentos Similares	5	234 580	233 405
Juros e Encargos Similares	5	(118 829)	(130 857)
Margem Financeira		115 751	102 548
Custos com Imparidade do crédito	11.3	(28 426)	(124 066)
Margem Financeira líquida de reversões e recuperações		87 326	(21 518)
Receitas de taxas e comissões	6	16 511	23 859
Despesas de taxas e comissões	6	(2 361)	(5 335)
Receitas líquidas de taxas e comissões		14 150	18 524
Resultado de operações financeiras	7.1	(19)	8 370
Outros resultados operacionais	7.2	3 952	16 197
Resultados operacionais		105 409	21 573
Custos operacionais	8.1	(321 940)	(326 865)
Provisões	8.2	(5 231)	(41 150)
Custos operacionais		(327 171)	(368 015)
Resultados Operacionais		(221 762)	(346 442)
Impostos sobre os lucros		-	-
Resultado do exercício		(221 762)	(346 442)
Rendimento integral		(221 762)	(346 442)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2013	2012
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9	193 847	170 611
Disponibilidades em Instituições de Crédito	10	423 268	81 741
Crédito e adiantamento a bancos	11.1	75 767	281 093
Crédito e adiantamento a clientes	11.2	974 699	1 141 547
Activos financeiros disponíveis para venda	12	81 415	21 480
Outros activos tangíveis	13.1	48 067	61 693
Activos intangíveis	13.2	43 404	30 522
Activos por impostos correntes	14	10 543	9 891
Outros activos	15	88 967	174 093
Total do Activo		1 939 977	1 972 671
Passivo			
Recursos de outras Instituições de Crédito	16.1	51 897	231 076
Recursos de clientes	16.2	1 013 241	919 101
Outros empréstimos	17.1	218 508	268 779
Provisões	18	15 301	42 070
Outros passivos	19	60 867	39 646
Total do Passivo		1 359 814	1 500 671
Capitais Próprios			
Capital Social	20	1 457 668	1 127 743
Perdas Acumuladas	21	(877 505)	(655 743)
Total dos Capitais Próprios		580 163	472 000
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		1 939 977	1 972 671

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

	Capital Social	Reservas	Património Líquido
	000MT	000 MT	000 MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1 065 000	(746 557)	318 443
Redução autorizada do capital social	(437 257)	437 257	–
Aumento do capital social	500 000	–	500 000
Perdas do exercício	–	(346 443)	(345 443)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1 127 743	(655 743)	472 000
Alterações durante 2013			
Aumento do capital social	329 925	–	329 925
Rendimento integral do exercício	–	(221 762)	(221 762)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1 457 668	(877 505)	580 163

DEMONSTRAÇÃO DOS DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

Descrição	Notas	2013	2012
		000 MT	000 MT
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Fluxo utilizado durante operações	22	(166 102)	(159 116)
Varição dos activos e passivos operacionais	23	226 151	(221 775)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		60 049	(380 891)
Impostos pagos		(0)	(0)
Fluxo de caixa líquido de actividades operacionais		60 049	(380 891)
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Compra de activos tangíveis		(7 091)	(24 892)
Compra de activos intangíveis		(18 685)	(19 474)
Valores recebidos na venda de imobilizado		565	310
Fluxo de caixa líquido de actividades de investimento		(25 211)	(44 056)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Realização de capital social	20.1	329 925	410 550
Fluxo de caixa líquido de actividades de financiamento		329 925	410 550
Aumento/ (diminuição) em de caixa e equivalentes		364 762	(14 397)
Caixa e equivalentes no início do ano	9	252 352	266 749
Caixa e equivalentes no final do ano	10	617 115	252 352

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Terra, S.A. ("Banco") é uma sociedade anónima, domiciliada em Moçambique, constituída por escritura pública, em 3 de Dezembro de 2007, cujo objecto social consiste no exercício de actividades bancárias e financeiras, bem como de todas as actividades complementares que as instituições bancárias ou financeiras estejam licenciadas para exercer, a título principal e não exclusivo. O Banco foca-se na componente de desenvolvimento e negócios nas áreas rurais de Moçambique, dentro dos limites previstos na lei.

O Banco iniciou as suas operações em Abril de 2008 e a carteira de crédito foi gerida pela GAPI – Sociedade de Investimentos, S.A. no período de Janeiro a Março de 2008.

A Sede do Banco Terra situa-se na Av. Samora Machel, 323, na cidade de Maputo em Moçambique.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Junho de 2014.

2.1.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção de alguns activos financeiros disponíveis para venda que foram avaliados em função do justo valor.

ALTERAÇÕES NAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES

A) NORMAS NOVAS OU ALTERADAS, ADOPTADAS PELO BANCO

Não entraram em vigor novas IFRS ou interpretações da Comissão de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), aplicáveis em, ou após 1 de Janeiro de 2013 com efeito substancial nas demonstrações financeiras do Banco.

B) NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS QUE AINDA NÃO ENTRARAM EM VIGOR

Entraram em vigor várias novas normas e alterações aplicáveis a períodos anuais com in-

ício após 1 de Janeiro de 2013 que não foram usadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Com excepção das que adiante se enunciam, não se prevê que qualquer destas normas e interpretações tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

MELHORIA ANUAL DAS IFRS 2009-2011 (EXTRATO)

Em Maio de 2012, o IASB emitiu uma alteração à IAS 1 esclarecendo os requisitos para a apresentação de informação comparativa quando uma entidade apresenta um período comparativo adicional. O Banco adoptou a alteração a esta norma, em conformidade com as suas disposições transitórias, pelo facto de a data de adopção obrigatória ser a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Alteração à IAS 1 – 'Apresentação de demonstrações financeiras', no que concerne aos Outros Rendimentos Integrais. A principal mudança resultante dessas alterações é uma exigência de as entidades agruparem os itens contabilizados como Outros Rendimentos Integrais consoante estes sejam, ou não, reclassificáveis, no futuro, através dos resultados do exercício (ajustes de reclassificação).

Alteração à IFRS 7 – 'Divulgações – Compensação de activos e passivos financeiros'. Esta alteração introduz novos requisitos de divulgação para facilitar a comparação entre as entidades que preparam demonstrações financeiras em IFRS e aquelas que preparam demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro "US GAAP".

IFRS 13 - "Mensuração do justo valor", tem como objectivo melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo uma definição precisa e uma única fonte de mensuração do justo valor e das exigências de divulgação requeridas pelas IFRS. A IFRS 13 não estende o uso do justo valor, mas fornece orientações que ajudam a decidir como o justo valor deve ser aplicado nos casos em que já é exigido ou permitido pela IFRS.

IFRS 9

IFRS 9 foi inicialmente publicada em Novembro de 2009 como o primeiro passo para substituir o IAS 39 e contém novas exigências para os requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros. Os requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros foram adicionados à IFRS 9 em Outubro de 2010 e os requisitos de contabilização de operações de cobertura foram adicionados em

Novembro de 2013. A data efectiva da IFRS 9 está agendada para 1 Janeiro de 2015. No entanto, em Julho de 2013, o IASB emitiu uma decisão provisória adiando a data efectiva da IFRS 9 pelo facto de ainda não estarem finalizados os requisitos de classificação e mensuração e imparidade dos activos financeiros. O Banco está a avaliar o impacto total da adopção da IFRS 9, e as indicações preliminares apontam para um impacto provável na contabilização de determinados tipos de activos financeiros detidos pelo Banco.

A IFRS 7 (ALTERAÇÕES)

A IFRS 7 (alterações) relativa às divulgações decorrentes da adopção pela primeira vez da IFRS 9 são efectivas para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. Conforme referido anteriormente, está a decorrer o processo de avaliação do impacto total da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Banco, o qual inclui as respectivas divulgações.

O IAS 32 (ALTERAÇÕES)

O IAS 32 (alterações) fornece mais orientações sobre o momento a ser considerado para que os critérios da compensação sejam considerados como estando cumpridos. As alterações serão aplicadas retroactivamente e serão aplicáveis em primeiro lugar a períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2014. O Banco está em processo de avaliação do possível impacto.

A IFRIC 21

A IFRIC 21 "Taxas do Governo", trata da contabilização de taxas impostas pelo Governo que não sejam impostos sobre rendimento. A IFRIC tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à responsabilidade de pagamento e clarifica o momento em que estas devem ser reconhecidas. As alterações serão aplicáveis, pela primeira vez, a períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2014. O Banco está em processo de avaliação do respectivo impacto.

O IAS 36 (ALTERAÇÕES)

O IAS 36 (alterações) altera as exigências de divulgação, quanto à mensuração do valor recuperável de activos com imparidade. A alteração exige a divulgação de informações sobre o valor recuperável de activos com imparidade se estes activos estiverem mensurados ao justo valor menos os custos de alienação. As alterações são aplicadas retrospectivamente,

no entanto a entidade não deve aplicar estas alterações em períodos (incluindo períodos comparativos), na qual também não se aplica a IFRS 13. As alterações serão aplicáveis, pela primeira vez, a períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2014. O Banco está em processo de avaliação do impacto.

2.1.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

a) MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional do Banco é o Metical, que é a moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera e a moeda em que os registos contabilísticos são mantidos. Todos os montantes constantes das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de meticais ("MTN").

b) UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS

A elaboração de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que a Administração formule juízos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas. Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Os resultados de revisão de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as mesmas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados. Na nota 4, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adiante descritas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira encontram-se convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras encontram-se convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de reporte. As diferenças cambiais decorrentes da conversão encontram-se reconhecidas na demonstração do rendimento integral. Os activos e passivos

não monetários que estejam denominados em moedas estrangeiras e que se encontrem valorizados ao custo histórico foram convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

b) JUROS

Os resultados de juros encontram-se reconhecidos na demonstração do rendimento integral, utilizando o método da taxa efectiva. O método da taxa efectiva consiste no cálculo do custo amortizado de um activo ou de um passivo financeiro e da imputação do rendimento ou dos encargos de juros ao período relevante. A taxa de juro consiste na taxa que desconta, em termos exactos, os pagamentos futuros ou recebimentos de caixa previstos durante a vida expectável do activo ou passivo financeiro (ou período inferior, sempre que adequado), do valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro é estabelecida no reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro e não é objecto de revisões posteriores. Os encargos da operação são encargos suplementares directamente imputáveis à aquisição, emissão ou alienação de um activo ou passivo financeiro.

c) COMISSÕES PAGAS E RECEBIDAS

Os resultados de serviços e comissões, que integram a taxa de juro aplicável a um activo ou passivo financeiro, são incluídos na mensuração da taxa de juro. Os outros rendimentos de serviços e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de intermediação, projectos e operações de financiamento estruturado, comissões de vendas, comissões de distribuição e comissões de sindicância são reconhecidos no momento da realização.

Os outros encargos de serviços e comissões relacionam-se principalmente com comissões de operações e serviços e são desembolsados à medida que os serviços são recebidos.

d) RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados de operações financeiras incluem os resultados decorrentes de operações cambiais e a conversão de itens monetários cambiais.

e) ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos termos da IAS 39, todos os activos e passivos financeiros devem ser reconhecidos na demonstração da posição financeira e mensurados em função da categoria que lhes foi atribuída.

ACTIVOS FINANCEIROS

O Banco aloca os activos financeiros às seguintes categorias da IAS 39: créditos e valores a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A Administração determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Os créditos e valores a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou quantificáveis que não estão cotados no mercado activo, além dos seguintes:

- dos que o Banco pretende vender imediatamente ou a curto prazo, que estão classificados como activos financeiros para negociação, e aqueles que se designem, no reconhecimento inicial, ao justo valor através dos resultados (ganhos ou perdas);
- dos que o Banco, no reconhecimento inicial, designe como disponíveis para venda; ou
- daqueles relativamente aos quais o titular possa não recuperar substancialmente todo o seu investimento inicial por outro motivo que não a deterioração do crédito

Os créditos e valores a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor – que consiste na contrapartida monetária para processar a concessão ou adquirir o crédito, incluindo quaisquer encargos da operação – e posteriormente avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efectiva. Os créditos e valores a receber são lançados na demonstração da posição financeira como créditos a bancos ou clientes. Os juros sobre créditos constam na demonstração do rendimento integral e são lançados na rubrica “Juros e rendimentos similares”. Em caso de imparidade, as perdas por imparidade são lançadas como dedução do valor contabilístico do crédito e reconhecidas na demonstração do rendimento integral como “Custos com Imparidade do crédito”.

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros cuja detenção se pretende que seja por período indeterminado, e que poderão ser vendidos para dar resposta a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juros, taxas de câmbio ou preços de capitais próprios ou que não se encontrem classificados como créditos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que consiste na contrapartida monetária, incluindo os encargos da operação, sendo posteriormente avaliados ao justo valor, devendo os resultados ser reconhecidos na demonstração de rendimento integral com excepção das perdas por imparidades e ganhos e perdas de operações cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido. Se for determinada a imparidade de um activo financeiro disponível para venda, os resultados acumulados que tiverem sido anteriormente reconhecidos na demonstração de rendimento integral serão reconhecidos nos resultados. Contudo, os juros são calculados em função do método da taxa de juro efectiva, e os ganhos e perdas da moeda estrangeira de activos monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

PASSIVOS FINANCEIROS

O Banco detém passivos financeiros ao custo amortizado. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando extintos.

PASSIVOS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Os passivos financeiros avaliados ao custo amortizado são os depósitos de bancos e de clientes, bem como outros empréstimos.

DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR

Relativamente aos instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros baseia-se em preços cotados no mercado activo.

Considera-se que um instrumento finan-

ceiro está cotado num mercado activo se os preços cotados se encontrarem de forma activa e periodicamente disponíveis em bolsas de valores, intermediários, correctores, grupos do sector, serviço de preços ou agências regulatórias, e se reflectirem transacções reais e periódicas no mercado, em condições normais de mercado. Se os critérios anteriormente referidos não ocorrerem, considera-se que o mercado é ilíquido. A verificação de uma considerável disparidade entre procura-oferta, ou aumento significativo da disparidade procura-oferta, ou a existência de poucas operações recentes, constituem indícios de que um mercado está inactivo.

Relativamente a todos os restantes instrumentos financeiros, o justo valor é determinado em função de técnicas de avaliação. Nestas técnicas, o justo valor é estimado em função de dados observáveis relativos a instrumentos financeiros de tipo semelhante, utilizando modelos para estimar o valor actual de futuros fluxos de caixa previstos ou outras técnicas de avaliação, utilizando pressupostos (por exemplo, curva de rendimento de taxas de juro, taxas cambiais, volatilidades e spreads de contraparte) válidas à data da demonstração da posição financeira.

O Banco só utiliza modelos de avaliação de reconhecimento generalizado para determinar o justo valor de instrumentos financeiros não normalizados de menor complexidade, tais como Bilhetes do Tesouro. Relativamente a estes instrumentos financeiros, as entradas nos modelos são, em geral, observáveis no mercado.

Nos casos em que o justo valor dos instrumentos de capital próprio não cotados não pode ser determinado de forma fiável, os instrumentos são contabilizados ao custo deduzido da imparidade. O justo valor dos créditos bem como dos passivos com bancos e clientes é determinado com recurso ao modelo do valor actual, com base em fluxos de caixa acordados contratualmente, tendo em conta a qualidade do crédito, liquidez e custos.

DESRECONHECIMENTO

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa destes activos se extinguem ou quando os activos tiverem sido substancialmente transmitidos (transmitidos todos os riscos e prémios decorrentes da titularidade dos activos). Se todos os riscos e prémios não tiverem sido substancialmente transmitidos, o Banco analisa o controlo para garantir que o envolvimento continuado com base em quaisquer poderes de controlo retidos não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos, aquando do respectivo resgate ou extinção.

No caso da existência de acções e obrigações dadas em garantia pelo Banco, ao abrigo de contratos de compra e operações de crédito e empréstimo de garantias, não são desreconhecidas, uma vez que o Banco mantém, substancialmente, todos os riscos e prémios, com base no preço de compra pré-estabelecido, não estando por isso preenchidos os critérios de desreconhecimento. Esta situação é igualmente aplicável a determinadas operações de titularização em que o Banco retém parte dos riscos.

RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros que não sejam créditos e valores a receber podem ser reclassificados a partir da categoria dos activos financeiros para negociação apenas em casos raros, decorrentes de um único facto que seja incomum e pouco provável de voltar a ocorrer a curto prazo. Por outro lado, o Banco poderá optar por reclassificar activos financeiros que caibam na definição de créditos e valores a receber, a partir das categorias de activos financeiros para negociação e disponíveis para venda, se o Banco tiver a intenção e a capacidade de deter os referidos activos financeiros num futuro previsível ou até à maturidade na data de reclassificação.

Não se procedeu a quaisquer reclassificações durante o ano.

COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira, sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e haja intenção de liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o

passivo simultaneamente.

IMPARIDADES DE ACTIVOS FINANCEIROS

ACTIVOS CONTABILIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Banco avalia, a cada data de reporte, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros. Só se verifica a imparidade de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros, incorrendo-se em perdas por imparidade, se houver evidências concretas de imparidade, na sequência de uma ou mais situações que se verifiquem após o reconhecimento inicial do activo (uma “situação de perda”) e a referida situação de perda (ou situações) afecte os futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros e possa ser estimada de modo fiável.

Os critérios que o Banco usa para determinar a existência de evidências concretas de perdas por imparidade incluem:

- dificuldades financeiras consideráveis do emitente ou do devedor;
 - incumprimento contratual, tal como incumprimento ou mora em termos de pagamento de juros ou reembolso de capital;
 - a atribuição, por parte do mutuante ao mutuário, por motivos económicos ou legais que se prendam com a dificuldade financeira do mutuário, de uma concessão que o mutuante de outro não consideraria;
 - verificação da probabilidade de o mutuário vir a entrar em processo de falência ou outro tipo de reestruturação financeira; e
 - e) o desaparecimento de um mercado líquido para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras.
- f) dados observáveis que indiquem que existe um decréscimo mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de activos financeiros desde o reconhecimento inicial dos mesmos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os activos financeiros individuais constantes da carteira, incluindo:
- alteração de circunstâncias da situação de pagamento dos mutuários constantes da carteira; e
 - condições económicas nacionais ou locais relacionadas com incumprimentos relativamente aos activos na carteira.

O período estimado entre a verificação de perdas e a respectiva identificação pela direcção para cada carteira identificadas geralmente varia entre três e doze meses. Em casos excepcionais, são necessários prazos superiores.

O Banco avalia, em primeiro lugar, a existência individual de evidências concretas de imparidade para activos financeiros que tenham relevância individual, e existência individual ou conjunta relativamente a activos financeiros que não tenham relevância individual. Se o Banco determinar que não existem evidências objectivas de imparidade relativamente a um activo financeiro avaliado individualmente, quer tenha ou não relevância, incluirá o activo num grupo de activos financeiros com características semelhantes em termos de risco de crédito e avaliará a imparidade dos mesmos em conjunto. Os activos cuja imparidade for individualmente avaliada e relativamente aos quais se reconheça ou se continue a reconhecer perdas por imparidade não são incluídos na avaliação conjunta de imparidade. O montante da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados (incluindo perdas futuras de crédito que não se tenham verificado), descontada à taxa de juros efectiva original do activo financeiro. O valor contabilístico do activo é reduzido mediante a utilização de uma conta de gastos com imparidade e o montante da perda é reconhecido na demonstração de rendimento integral. Se um crédito tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a taxa de juros efectiva actual estabelecida no contrato.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro garantido, reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução da garantia, menos os custos de dação ou venda da garantia, independentemente da execução ser ou não provável.

Para efeitos de uma avaliação conjunta de imparidade, os activos financeiros são agrupados em função de característi-

cas semelhantes em termos de risco de crédito. As referidas características são relevantes para a estimativa de fluxos de caixa futuros para grupos dos referidos activos, uma vez que são iniciadoras da capacidade dos devedores de pagar todos os montantes em dívida nos termos dos respectivos contratos relativos aos activos avaliados.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de activos financeiros que sejam conjuntamente avaliados em termos de imparidade são estimados em função dos fluxos de caixa contratuais dos activos no Banco e das perdas históricas relativas a activos com características semelhantes aos do Banco, em termos de risco de crédito. As perdas históricas são ajustadas em função de dados observáveis actuais para reflectir os efeitos das condições actuais que não tenham afectado o período a que as perdas históricas se reportam e para eliminar os efeitos de condições no período histórico que não existem actualmente.

As estimativas de alterações em fluxos de caixa futuros para grupos de activos devem reflectir e ser direccionalmente consistentes com as alterações em dados observáveis relacionados periodicamente (por exemplo, alterações nas taxas de desemprego, preços de imóveis, situações de pagamento, ou outros factores indicadores de alterações na probabilidade de perdas no Banco).

ACTIVOS CLASSIFICADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Banco avalia, em cada data de reporte, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros. No caso de investimentos de capital próprio, classificados como disponíveis para venda, o declínio significativo ou prolongado do justo valor do título abaixo do seu custo constitui evidência objectiva de imparidade que resultará no reconhecimento de uma perda por imparidade. Se as referidas evidências se verificarem relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – medida como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade verificada no activo financeiro previamente reconhecida nos em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na rubrica de resultados operacionais da demonstração de rendimento integral.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados operacionais relativamente a instrumentos de capital próprio não são revertidas através da demonstração de rendimento integral. Se, em período posterior, se verificar o aumento do justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda e o aumento for passível de ser objectivamente relacionado com uma situação ocorrida após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade é revertida através dos resultados operacionais.

f) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos com maturidade inferior a três meses, a contar da data de aquisição, incluindo dinheiro em caixa, depósitos à ordem em outros bancos e outros investimentos de elevada liquidez a curto prazo com maturidades iniciais de três meses ou menos. Caixa e saldos de caixa em bancos centrais são compostos por saldos de caixa e depósitos no Banco de Moçambique, principalmente para cumprimento da constituição de reservas obrigatórias.

g) EMPRÉSTIMOS QUE VENCEM JUROS

Os empréstimos que vençam juros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo qualquer diferença entre o montante recebido do mutuário e o justo valor do empréstimo reconhecida como rendimento diferido na demonstração da posição financeira. O rendimento diferido será posteriormente amortizado na demonstração de rendimento integral durante o período de vida do contrato. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que vençam juros são avaliados ao justo valor.

h) ACTIVOS TANGÍVEIS

Activos próprios

i) RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os activos tangíveis são lançados ao custo menos a amortização acumulada e as per-

das por imparidade. O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais, mão-de-obra directa e uma parcela adequada dos custos gerais de produção. Sempre que um activo tangível compreenda componentes principais com diferentes vidas úteis, serão os mesmos contabilizados como itens autónomos.

ii) CUSTOS POSTERIORES

Os custos posteriores são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como activo autónomo, conforme adequado, apenas no caso de existir probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Banco e o custo do activo poder ser avaliado de forma fiável. As demais reparações e manutenção correntes são reconhecidas na rubrica de custos de estrutura, durante o período financeiro em que forem incorridos.

DEPRECIACÃO

A depreciação é calculada segundo o método linear para imputar o seu custo aos respectivos valores residuais durante as vidas úteis estimadas dos mesmos. As vidas úteis estimadas para os períodos actual e comparativo são as seguintes:

	Número de anos
Equipamento, mobiliário e renovações	8-10
Equipamento informático	3-5
Veículos	4
Beneficências nas locações	3

Os valores residuais, método de desvalorização e vidas úteis dos activos são revisados anualmente e ajustados, sempre que adequado, em cada data de reporte. Os activos passíveis de desvalorização são revisados em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. O valor contabilístico de um activo é imediatamente lançado ao seu valor recuperável se o valor contabilístico do activo for superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados mediante a comparação das receitas com o valor contabilístico. São lançados na rubrica de perdas operacionais ou outros resultados operacionais, na demonstração do rendimento integral.

i) ACTIVOS INTANGÍVEIS

SOFTWARE

O software adquirido pelo Banco é lançado ao custo menos a amortização acumulada e perdas por imparidade. Esta categoria de activos é composta pelas aplicações para as principais actividades bancárias, contabilidade e de salários. Não existem activos intangíveis gerados internamente.

AMORTIZAÇÃO

A amortização é reconhecida na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante as vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados durante um período máximo de 3 anos. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

Não foram constituídos quaisquer penhores sobre títulos, bens, instalações e equipamentos a título de garantia de passivos.

j) IMPARIDADES DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS

Os activos são revisados em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no montante em que o valor contabilístico do activo ultrapasse o valor recuperável do mesmo.

O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado. Para efeitos de avaliação de imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo em que existam recebimentos de caixa que possam ser identificáveis em separado (unidades geradoras de caixa). O teste de imparidade poderá ser também efectuado a um único activo sempre que o justo valor, menos os encargos de venda ou o valor de uso, possa ser determinado de



forma fiável. Não se verificou a imparidade de quaisquer activos não financeiros durante o exercício.

k) CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento celebrados pelo Banco são essencialmente arrendamentos operacionais. Os pagamentos efectuados nos termos dos arrendamentos operacionais são imputados aos custos operacionais na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante o período de vigência do arrendamento. Em caso de resolução de um contrato operacional, os pagamentos efectuados ao locador a título de cláusula penal são reconhecidos como encargos no período em que se verifica a resolução.

l) BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

O banco efectua contribuições para os planos de reforma dos seus trabalhadores, conforme previsto na legislação local sobre pensões, e não existem outras obrigações de pagamento após a realização destas contribuições. As contribuições são reconhecidas como um encargo com benefícios de trabalhadores na data do seu vencimento. O Banco não tem qualquer outro sistema de pensões e, conseqüentemente, não tem qualquer obrigação relativamente a pensões. As obrigações relativas a benefícios de trabalhadores a curto prazo são avaliadas numa base não descontada e desembolsadas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os benefícios a curto prazo incluem ainda salários, licenças vencidas e outros benefícios.

m) CAPITAIS PRÓPRIOS

Os custos adicionais directamente imputáveis à emissão de novas acções são lançados na rubrica capital próprio como dedução, líquidos de impostos, das receitas como reserva (negativa) de capital. Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio no período em que são aprovados pelos accionistas da empresa.

n) IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

As despesas com impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre lucros é reconhecido na demonstração de rendimento integral excepto na medida em que se relacione com itens directamente reconhecidos no capital próprio ou outro rendimento integral caso em que é reconhecido no capital próprio ou em outro rendimento integral. O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando taxas de imposto aprovadas na demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos ao imposto liquidável relativamente a exercícios anteriores.

O imposto diferido é lançado tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos, mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data da demonstração da posição financeira. Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver algum direito legalmente exequível de compensar passivos fiscais correntes contra activos fiscais correntes, ou sobre diferentes contribuintes/entidades fiscais. Os activos fiscais diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de futuros lucros fiscais contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A Administração é da opinião que não existirão activos fiscais diferidos, uma vez que o banco não prevê realizar lucros durante os cinco próximos anos suficientes para absorver a totalidade dos prejuízos fiscais.

Imposto diferido	MT
Prejuízos fiscais em 2009	151 454
Prejuízos fiscais em 2010	138 803
Prejuízos fiscais em 2011	213 256
Prejuízos fiscais em 2012	322 374
Prejuízos fiscais em 2013	189 911
Total dos prejuízos fiscais	1 015 799
Taxa de imposto	32%
Total de imposto diferido	325 056

o) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas sempre que o Banco tenha uma obrigação legal ou construtiva presente decorrente de eventos anteriores, quando existe uma grande probabilidade forte de ser necessário um dispêndio de recursos para liquidar a obrigação e quando o montante puder ser estimado de forma fiável.

As provisões são mensuradas ao valor actual das despesas que se espera que sejam necessárias para liquidar a obrigação, descontadas à taxa pré-imposto que reflecte a avaliação corrente do mercado do valor temporal do dinheiro e do risco específico do passivo.

p) CONTRATOS DE GARANTIA FINANCEIRA

Os contratos de garantia financeira são contratos que obrigam o emitente à realização de pagamentos definidos para reembolsar o titular de perdas em que este incorra, devido ao incumprimento de determinado devedor relativamente a uma obrigação de pagamento na data de vencimento, nos termos de instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são prestadas a bancos, instituições financeiras e outros órgãos em representação de clientes, a fim de garantir créditos, descobertos e outros créditos bancários.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor na data da respectiva prestação. O justo valor de uma garantia financeira na data de assinatura é zero, dado que todas as garantias são contratadas em termos comerciais normais e o valor do prémio acordado corresponde ao valor da obrigação garantida.

Os prémios futuros não são reconhecidos como valores a receber. Após o reconhecimento inicial, os passivos do banco ao abrigo das referidas garantias são mensurados ao valor inicial menos a amortização, a taxas reconhecidas de acordo com a IAS 18, ou com base na melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia, consoante o que for mais elevado. Estas estimativas são determinadas em função de operações históricas semelhantes e de perdas anteriores, complementado pelo julgamento da Administração. Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos segundo o método linear, durante a vida da garantia.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade bancária está exposta a diferentes riscos financeiros. Correr riscos é fundamental para o desempenho financeiro e os riscos operacionais são a consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e o retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. Em 2012, criou-se o Departamento de Risco no Banco para garantir a gestão adequada e eficiente do risco.

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes a taxas fixas e variáveis, e a diferentes prazos, e procura ganhar margens de juros superiores à média mediante o investimento destes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens mediante a consolidação de fundos a curto prazo e a concessão de crédito por períodos superiores a taxas mais elevadas, enquanto mantém liquidez suficiente para dar resposta a todas as operações que se possam vencer.

Assim, as políticas de gestão do risco do banco foram concebidas para identificar e analisar estes riscos, para estabelecer limites e controlos adequados do risco, e para monitorizar os riscos e adesão aos limites mediante sistemas informáticos fiáveis e actualizados. Periodicamente, o Banco revê as suas políticas e os sistemas de gestão de risco para reflectir as alterações dos mercados, produtos e melhores práticas emergentes.

A gestão do risco é realizada nos vários departamentos, ao abrigo de políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Cada Departamento identifica e avalia os riscos financeiros em estreita colaboração com as unidades operaciona-

is do Banco.

O Conselho de Administração fornece os princípios de gestão global do risco, bem como políticas sobre áreas específicas, tais como os riscos cambiais, riscos de taxa de juros e riscos de crédito. Além disso, a auditoria interna é responsável pela análise independente da gestão de risco e de controlo interno. Os riscos mais significativos para o Banco são: o risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de solvência e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, o risco de taxas de juro e outros riscos de preço.

3.1 RISCO DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito, que consiste no risco de uma contraparte causar perdas financeiras ao Banco ao incumprir qualquer obrigação. As perdas por imparidade são reconhecidas como perdas incorridas à data de reporte. Alterações significativas da economia ou do estado de um determinado sector que represente um segmento na carteira de crédito do Banco podem resultar em outras perdas além das registadas na data de reporte. Por isso, a Administração gere cuidadosamente a sua exposição a riscos de crédito.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise periódica da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários de cumprirem as respectivas obrigações de pagamento de juros e reembolso de capital e mediante a alteração do limite de crédito, sempre que necessário. A exposição ao risco de crédito é gerida mediante a obtenção de uma garantia real ou pessoal.

O Conselho de Administração criou um comité de crédito, responsável pela implementação da política de crédito do banco. Constitui política do banco exigir a prestação de garantia real adequada para garantir os créditos concedidos.

Não se verificaram quaisquer alterações em termos de objectivos, políticas e procedimentos de gestão do risco relativamente ao exercício anterior.

MODELO DE IMPARIDADE

O modelo de imparidade utilizado pelo banco classifica-se em 3 categorias, conforme segue:

a) IMPARIDADE COLECTIVA

A imparidade colectiva avalia a imparidade da carteira com base numa percentagem de perda por incumprimento que é determinada a partir duma análise ao sector bancário de Moçambique.

b) IMPARIDADE INDIVIDUAL

Os clientes particulares são avaliados em termos de risco, em função dos montantes de crédito concedidos e das garantias reais prestadas.

Os analistas de crédito fornecem ao Comité de Crédito os dados sobre o desempenho e situação financeira actualizada dos clientes, mediante uma análise financeira e desenvolvimento do negócio, decidem a imparidade sugerida para aprovação de cada cliente.

Esta avaliação é realizada independentemente do cumprimento ou incumprimento dos clientes. Os créditos a partir de 2.5 milhões de meticais constituem a base do risco relativamente a todos os clientes, com excepção de entidades Públicas, Instituições Financeiras e os créditos garantidos por bancos Centrais.

c) IMPARIDADE ESPECÍFICA

Esta avaliação é realizada individualmente para clientes que apresentem indícios de imparidade com empréstimos inferiores a 2.5 milhões de meticais. Estes activos são avaliados em taxas de desconto de fluxos de caixa equiparados aos saldos em dívida. Se se verificar um saldo negativo, os montantes são lançados no rendimento integral em contrapartida de imparidade acumulada.

3.1.1 MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

CRÉDITOS E APLICAÇÕES

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento de contrapartes individuais segundo uma escala interna de avaliação adaptada às várias categorias de contra-

partes. A escala de avaliação do Banco, adiante apresentada, reflecte um conjunto de probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Em princípio, isto significa que as exposições migram entre as classes, em função da alteração da avaliação da respectiva probabilidade de incumprimento.

A classificação interna do Banco é a seguinte:

- CRÉDITOS EM SITUAÇÃO REGULAR
- CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA
- CRÉDITOS DE ALTO RISCO

Os incumprimentos registados por categoria de avaliação variam anualmente, especialmente durante um ciclo económico, e é de notar-se o seguinte:

i) A exposição é calculada em função dos montantes que o banco prevê estarem em dívida na data do incumprimento. Por exemplo, no caso de um crédito, tal significa o valor nominal. Relativamente a uma obrigação, o Banco inclui os montantes já desembolsados mais os montantes adicionais desembolsados à data do incumprimento, caso se verifiquem.

ii) As perdas devido a incumprimento, ou gravidade da perda, representam a expectativa do Banco relativamente à dimensão das perdas que poderão resultar de acções que decorram de incumprimento, e são expressas em termos de perda percentual por unidade de exposição que variam tipicamente segundo o tipo de contraparte, tipo de acção e hierarquia de créditos e existência de garantia real ou outras medidas de mitigação.

3.1.2 CONTROLO DO LIMITE DE RISCO E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO

O Banco gere limites e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas – em particular, em contrapartes e grupos individuais, e a empresas e países.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume mediante a aplicação de limites ao montante de risco aceitável relativamente a um mutuário ou grupos de mutuários. As referidas matérias são monitoradas periodicamente e sujeitas a análise anual ou com maior frequência, sempre que se julgue necessário.

3.1.3. OUTRAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE CONTROLO E MITIGAÇÃO

a) GARANTIAS REAIS

O Banco recorre a uma gama de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais frequente, é uma prática comum que consiste na constituição de garantias sobre fundos mutuados.

O Banco implementa directrizes sobre a aceitabilidade de classes específicas de garantias reais ou redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantias reais sobre créditos e aplicações são os seguintes:

- HIPOTECAS SOBRE RESIDÊNCIAS PRÓPRIAS;
- ONERAÇÃO DE ACTIVOS EMPRESARIAIS TAIS COMO INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTO, INVENTÁRIO E VALORES A RECEBER; E
- ONERAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS TAIS COMO TÍTULOS DE DÍVIDA E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.

Os financiamentos e créditos a longo prazo a empresas estão geralmente garantidos. As linhas de crédito individual rotativo não são, geralmente, garantidas. De modo a minimizar as perdas de crédito, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte assim que forem observados indicadores de imparidade para os créditos e aplicações individuais relevantes.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam créditos são determinadas em função da natureza do instrumento. Os títulos de dívida, bilhetes do tesouro e outros elegíveis não são, geralmente, garantidos.

O montante de garantias reais de que o banco é titular é o seguinte:

	2013	2012
	MT	MT
Crédito Hipotecário	1 196 193	1 792 872
Outros Créditos	810 994	727 328
A 31 de Dezembro	2 007 188	2 520 200

b) COMPROMISSOS RELACIONADOS COM O CRÉDITO

A principal finalidade destes instrumentos é garantir a disponibilidade dos fundos ao cliente, quando necessário. As garantias e cartas de crédito têm o mesmo risco de crédito dos empréstimos. As cartas de crédito documentárias e comerciais, que constituem compromissos escritos do Banco em representação de um cliente, autorizando terceiros a levantar montantes sobre o Banco até um montante estipulado em termos e condições específicos, são garantidas pela subjacente expedição dos bens a que se reportam e, conseqüentemente, representam um risco menor do que os empréstimos directos. Os compromissos de extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações de extensão de crédito, sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. Relativamente ao risco de crédito de compromissos de extensão de crédito, o Banco fica potencialmente exposto a perdas em montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Contudo, o montante provável das perdas é inferior ao total dos compromissos não utilizados, já que a maioria dos compromissos de extensão de crédito depende da manutenção, por parte dos clientes, de padrões de crédito específicos. O Banco monitora o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, uma vez que os compromissos de longo prazo representam, em geral, um risco de crédito superior em comparação com obrigações de curto prazo.

c) IMPARIDADE E POLÍTICAS DE PROVISÃO

Os sistemas de avaliação interna e externa descritos na nota 3.1.1 concentram-se, sobretudo, no mapeamento da qualidade de crédito desde o início das actividades de concessão de crédito e de investimento. Em contraste, a imparidade é reconhecida para fins de reporte financeiro apenas para perdas que tenham sido incorridas à data de reporte, em função das evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias utilizadas, o montante das perdas de crédito incorridas, e lançadas nas demonstrações financeiras no final do exercício, difere do montante determinado no modelo de perdas esperadas que é utilizado para fins de gestão operacional interna e regulamentação bancária. No final do exercício, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras é maior que o montante determinado no modelo de perdas esperadas utilizado para fins de gestão operacional interna e regulamentação bancária.

- CRÉDITOS VENCIDOS
- CRÉDITOS DE ALTO RISCO

A ferramenta de avaliação interna ajuda a Administração a determinar se se verificam evidências objectivas de imparidade, nos termos da IAS 39, com base nos seguintes critérios, definidos pelo Banco:

- MORA NOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS DE CAPITAL OU JURIS;
- DIFICULDADES DE FLUXO DE CAIXA DO MUTUÁRIO (V.G., RÁCIO DE SOLVABILIDADE, PERCENTAGEM LÍQUIDA DO RENDIMENTO DAS VENDAS);
- VIOLAÇÃO DE ACORDOS OU CONDIÇÕES DE CRÉDITO;
- INÍCIO DE PROCESSOS DE FALÊNCIA;
- DETERIORAÇÃO DA POSIÇÃO COMPETITIVA DO MUTUÁRIO;
- DETERIORAÇÃO DO VALOR DA GARANTIA REAL; E
- DESGRADUAÇÃO ABAIXO DO NÍVEL DE INVESTIMENTO.

A política do Banco obriga à análise individual dos activos financeiros que se encontrem acima dos limites de materialidade com frequência mínima anual ou, sempre que as circunstâncias particulares assim o exijam.

As perdas por imparidade nas contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação das perdas incorridas à data de de reporte numa base caso-a-caso e aplicadas a todas as contas individualmente relevantes. Esta avaliação engloba, normalmente, as garantias reais detidas (incluindo reconformação de exequibilidade) e as receitas antecipadas daquela conta individual. As perdas por imparidade avaliadas de forma colectiva são determinadas em função da informação histórica disponível, estimativas da gestão e técnicas estatísticas.

3.1.4 EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO ANTES DAS GARANTIAS REAIS DETIDAS OU OUTRAS MELHORIAS DE CRÉDITO

As exposições ao risco de crédito relacionadas com os activos constantes da demonstração de posição financeira são as seguintes:

	2013	2012
	MT	MT
Disponibilidades em outras instituições de crédito	423 268	81 741
Bilhetes do tesouro	79 883	19 948
Aplicações em instituições de crédito	75 767	281 093
Crédito a clientes	1 151 302	1 141 547
- Empréstimos hipotecários	567 693	457 954
- Outros empréstimos	583 609	683 594
As exposições a riscos de crédito relativas a itens extra-patrimoniais são as seguintes:		
Cartas de crédito	-	24 601
Garantias financeiras	363	5 678
A 31 de Dezembro	1 730 583	1 554 609

A tabela acima apresenta o pior cenário de exposição ao risco de crédito do Banco a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, sem ter em conta as garantias detidas ou outras melhorias de crédito. Relativamente aos activos constantes da demonstração de posição financeira, as exposições descritas acima baseiam-se em montantes contabilísticos líquidos tal como reportados na demonstração da posição financeira.

3.1.5 CRÉDITO E APLICAÇÕES CRÉDITO A CLIENTES

	2013	2012
	MT	MT
Categoria		
Nem vencidos, nem em imparidade (a)	612 315	727 369
Vencidos, mas não em imparidade (b)	226 449	229 023
Individualmente em imparidade (c)	312 538	347 246
Valor bruto	1 151 302	1 303 638
Imparidade	(176 603)	(162 091)
Valor líquido	974 699	1 141 547

Os créditos em imparidade são créditos que o Banco determina não ser capaz de cobrar todo o capital e juros vencidos nos termos contratuais do crédito através dos fluxos de caixa futuros esperados e/ou receitas da venda de garantias/garantias reais.

a) CRÉDITO A CLIENTE (NEM VENCIDOS, NEM EM IMPARIDADE)

	2013	2012
	MT	MT
Categoria		
Nem vencidos, nem em imparidade (a)	75 767	281 093
Valor líquido (sem imparidade)	75 767	281 093

Crédito a clientes (nem vencidos, nem em imparidade)

	2013	2012
	MT	MT
Categoria		
- Empréstimos hipotecários	259 492	211 266
- Outros empréstimos	352 823	516 103
Total	612 315	727 369

Qualidade da carteira de crédito (nem vencidos, nem em imparidade) por sector:

	2013	2012
	MT	MT
Agronegócio	239 265	123 923
Indústria transformadora	22 897	88 230
Construção civil e obras públicas	80 509	49 067
Comércio	199 051	417 361
Transportes e comunicações	18 262	19 693
Outros sectores	52 331	29 025
Total da carteira de crédito	612 315	727 369

b) CRÉDITOS VENCIDOS MAS SEM IMPARIDADE

Os créditos em mora inferior a 30 dias são considerados sem imparidade, a menos que haja outra informação disponível que indique o contrário. Relativamente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2013, o montante é de MTN 229 024 (2012: 447 343).

Categoria	Vencidos, mas não em imparidade (b)		Crédito não garantido
	2013	2013	
	MT	MT	2013
	MT	MT	MT
Empréstimos hipotecários	141 100	141 100	-
0 - 30 dias	32 544	32 544	-
30 - 90+ dias	108 556	108 556	-
Outros créditos	85 349	63 034	22 315
0 - 30 dias	45 682	43 984	1 697
30 - 90+ dias	39 667	19 049	20 618
A Dezembro de 2013	226 449	204 134	22 315
A Dezembro de 2012	229 024	166 246	62 778

c) CRÉDITOS COM IMPARIDADE INDIVIDUAL

	Crédito vencido	Crédito de cobrança duvidosa	Créditos com imparidade individual	Garantias líquidas contra créditos em imparidade	Créditos em imparidade não garantidos
	2013	2013	2013	2013	2013
	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos hipotecários	-	167 101	167 101	107 750	59 351
Outros créditos	11 256	134 181	145 437	40 340	105 097
A Dezembro de 2013	11 256	301 282	312 538	148 090	164 448
A Dezembro de 2012	62 611	284 634	347 246	248 166	67 794

d) APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor total bruto das aplicações em instituições de crédito com imparidade individual em 31 de Dezembro de 2013 era nulo (2012: nulo). O Banco não é titular de quaisquer garantias sobre aplicações em instituições de crédito.

e) CRÉDITOS RENEGOCIADOS / RE-ESTRUTURADOS

Os créditos renegociados poderão incluir acordos de prorrogação de pagamentos e taxas de juro renegociadas. Um empréstimo renegociado consiste numa conta de cliente previamente em mora que é restabelecida para situação regular e gerida em conjunto com outras contas semelhantes. Estes créditos são sujeitos a análises constantes.

Em 2013, os empréstimos a clientes renegociados perfizeram o montante de MTN 64 090 (2012: 194 553).

	2013	2012
	MT	MT
Outros créditos	64 090	194 553
Total	64 090	194 553

3.1.6 CONCENTRAÇÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO

a) CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA

	2013	2012
	MT	MT
Análise geográfica		
Maputo (incl. Maputo)	852 862	788 936
Nampula (incl. Malema)	116 995	286 386
Tete (incl. Ulongue)	8 814	24 854
Sofala (Beira)	34 221	69 174
Manica (Chimoio)	113 754	92 168
Inhambane (Maxixe)	24 656	42 120
Total	1 151 302	1 303 638

b) CONCENTRAÇÃO POR SECTOR

	2013	2012
	MT	MT
Análise por Sector		
Agronegócio	453 060	371 616
Indústria transformadora	33 002	92 823
Construção civil e obras públicas	112 179	99 645
Comércio	417 264	642 739
Transportes e comunicações	67 665	56 551
Outros sectores	68 132	40 264
Total	1 151 301	1 303 638

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste no risco decorrente das alterações de preços de mercado, tais como taxas de juro, preços de instrumentos de capital, taxas de câmbio e margens da taxa de juro (não relacionadas com alterações da situação de crédito do devedor / emitente), que poderão afectar a demonstração do rendimento integral do Banco ou o valor dos instrumentos financeiros detidos por este.

O objectivo da gestão do risco de mercado consiste na gestão e controlo das exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que se otimiza o retorno pelo risco.

O Banco está exposto ao risco de mercado, que consiste no risco de flutuação do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado derivam de posições abertas em taxas de

3.1.7 IMPARIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

A imparidade do crédito insere-se nas seguintes categorias de crédito:

	2013	2012
	MT	MT
Provisão para Imparidade específica		
Crédito vencido		
Saldo no início do ano	151 801	105 235
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	(13 913)	(63 525)
Dotação / Reversão de imparidade	26 430	110 091
Saldo no final do ano	164 318	151 801
Crédito vincendo		
Imparidade colectiva		
Saldo no início do ano	10 290	11 394
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	-	(15 079)
Dotação / Reversão de imparidade	1 995	13 975
Saldo no final do exercício	12 285	10 290
Imparidade total	176 603	162 091

3.1.8 ANÁLISE SECTORIAL DA IMPARIDADE DO CRÉDITO

Abaixo encontra-se a análise por segmento da imparidade específica:

a) ANÁLISE POR SECTOR

	2013	2012
	MT	MT
Agronegócio	53 114	58 849
Indústria transformadora	-	2 140
Construção civil e obras públicas	5 898	195
Comércio	79 061	69 469
Transportes e comunicações	771	21 148
	25 474	-
Total	164 318	151 801

b) ANÁLISE GEOGRÁFICA

	2013	2012
	MT	MT
Maputo (incl. Maputo)	143 091	70 654
Nampula (incl. Malema)	7 926	64 221
Centro (Sofala, Manica, Tete, Inhambane)	13 301	16 926
Total	164 318	151 801

3.3 RISCO CAMBIAL

O Banco está exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio na sua posição financeira e nos seus fluxos de caixa. O Banco Central de Moçambique estabelece limites ao mercado, relativamente ao grau de exposição por moeda e, em agregado, para posições curtas de 10% dos fundos próprios por moeda e 20% para todas as moedas monitorizadas diariamente. A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco de taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2013. Os instrumentos financeiros do Banco estão incluídos na tabela, ao valor contabilístico, classificados por moeda (ver tabela abaixo).

A conversão, transacção e exposição económica podem ter graves consequências na posição financeira do Banco. Este risco é gerido mediante a utilização do mercado monetário através do departamento de Tesouraria. A exposição do Banco ao risco de taxas de câmbio é como segue:

3.2.1 TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE MERCADO

As principais técnicas de mensuração utilizadas para aferir e controlar o risco de mercado encontram-se descritas abaixo.



A exposição do Banco a riscos de taxas de câmbio é como segue:

	USD	EUR	ZAR	MT	Total
A Dezembro de 2013	MT	MT	MT	MT	MT
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23 221	13 921	1 577	155 128	193 847
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	59 649	354 249	3 565	5 805	423 268
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	75 767	75 767
Crédito a clientes	157 388	-	-	817 311	974 699
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	81 415	81 415
Activos por impostos correntes	-	-	-	10 543	10 543
Outros activos	-	4 143	-	84 824	88 967
	240 257	372 313	5 142	1 230 793	1 848 506
Passivo					
Recursos de outras instituições de Crédito	165	-	-	51 732	51 897
Recursos de clientes	61 708	8 374	442	942 717	1 013 241
Outros Empréstimos	132 899	-	-	85 609	218 508
Outros passivos	6 558	3 389	-	50 921	60 867
	201 330	11 763	442	1 130 978	1 344 513
Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2013	38 927	360 549	4 699	99 815	503 993

A exposição do Banco a riscos de taxas de câmbio é como segue:

	USD	EUR	ZAR	MT	Total
A Dezembro de 2012	MT	MT	MT	MT	MT
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9 582	7 603	5 249	148 177	170 611
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	69 986	559	3 607	7 589	81 741
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	281 093	281 093
Crédito a clientes	151 980	-	-	989 567	1 141 547
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	21 480	21 480
Activos por impostos correntes	-	-	-	9 891	9 891
Outros activos	3 149	-	-	170 944	174 093
	234 698	8 162	8 856	1 628 741	1 880 456
Passivo					
Recursos de clientes	67 874	1 330	206	161 666	231 076
Outros Empréstimos	150 294	-	-	118 485	268 779
Outros passivos	15 652	2 239	-	21 755	39 646
	233 821	3 569	206	301 906	539 501
Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2012	877	4 593	8 650	1 326 835	1 340 955

3.4 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O justo valor do risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco está exposto aos efeitos de flutuações nos principais níveis de taxas de juro do mercado, tanto no seu justo valor como no risco dos fluxos de caixa. As margens de juro são susceptíveis de aumento devido às referidas alterações mas também

poderá resultar em perdas em caso de verificação de movimentos inesperados. O risco principal a que está exposta a carteira que não é para negociação é o risco de perdas devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros em virtude da alteração da taxa de juro do mercado. Os assuntos relacionados com as taxas de juros são geridos pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos, que é diariamente apoiado pela Tesouraria. O resumo da posição diferencial de taxas de juro no banco sobre a carteira que não é para negociação é a seguinte:

A Dezembro de 2013	Até						Total
1 mês	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3+ anos	Sem juros	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	193 847	193 847
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	423 268	423 268
Aplicações em instituições de crédito	11 001	-	-	304	64 462	-	75 767
Crédito a clientes	470 993	3 177	124 795	151 032	222 596	2 133	974 699
Activos financeiros disponíveis para venda	79 883	-	-	-	-	1 532	81 415
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	10 543	10 543
Outros activos	-	-	-	-	-	88 976	88 976
	561 877	3 177	124 795	151 336	287 031	720 289	1 848 506
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	51 897	-	-	-	-	-	51 897
Recursos de clientes	874 558	59 140	79 543	-	-	-	1 013 241
Outros Empréstimos	-	-	-	86 908	131 600	-	218 508
Outros passivos	-	-	-	-	-	60 867	60 867
	926 455	59 140	79 543	86 908	131 600	60 867	1 344 513
Exposição a taxa de juro líquida	(364 578)	(55 963)	45 252	64 438	155 431	659 423	503 993

A Dezembro de 2012	Até						Total
1 mês	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	3+ anos	Sem juros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	170 611	170 611
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	81 741	81 741
Aplicações em instituições de crédito	193 049	-	16 957	713	70 374	-	281 093
Crédito a clientes	348 216	121 792	84 176	189 151	398 213	-	1 141 548
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	19 948	-	-	1 532	21 480
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	9 891	9 891
Outros activos	-	-	-	-	-	174 093	174 093
	541 265	121 792	121 081	189 587	468 587	437 868	1 880 457
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	-	231 076
Empréstimos de curto prazo	727 600	31 356	160 145	-	-	-	919 101
Recursos de clientes	-	40 418	151 360	77 000	-	-	268 778
Outros empréstimos	-	-	-	-	-	39 646	39 646
	868 212	131 912	341 831	77 000	-	39 646	1 458 601
Exposição a taxa de juro líquida	(326 947)	(10 120)	(220 750)	112 864	468 587	398 222	421 856

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco ter dificuldade em cumprir com as obrigações associadas às suas responsabilidades financeiras que sejam liquidadas mediante a entrega de numerário ou outros activos financeiros.

A abordagem do Banco relativamente à gestão de liquidez consiste em garantir, sempre que possível, que tem liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando estas se vencem, tanto em situações normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação do Banco.

3.5.1 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O processo de gestão da liquidez do Banco, levado a cabo internamente e monitorizado pela Tesouraria do Banco, inclui:

- Financiamento diário, gerido mediante a monitorização dos fluxos de caixa futuros para garantir o cumprimento de obrigações. Entre outros, inclui a reposição dos fundos à medida

que se vencem ou são concedidos créditos a clientes. Para o efeito, o Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários interbancários;

- Manutenção de uma carteira de activos com elevado grau de liquidez, que possam ser facilmente liquidados como protecção contra interrupções imprevistas do fluxo de caixa; e

- Gestão da concentração e perfil do vencimento da dívida.

A monitorização e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e projecções para o dia seguinte.

3.5.2 ABORDAGEM DE FINANCIAMENTO

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa autónoma da Tesouraria do Banco, para manter uma ampla diversificação por moeda, geografia, provedor, produto e prazo de vigência.

EXPOSIÇÃO AO RISCOS DE LIQUIDEZ

A seguinte tabela indica os passivos financeiros de acordo com as maturidades contratuais remanescentes:

Em Dezembro de 2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	5+ anos	Total
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	51 897	-	-	-	-	51 897
Recursos de clientes	874 558	59 140	79 543	-	-	1 013 241
Outros empréstimos	-	-	37 600	162 108	18 800	218 508
Outros passivos	-	60 867	-	-	-	60 876
	926 455	120 007	117 143	162 108	18 800	1 344 513
Activos detidos para gestão de risco de liquidez	1 181 125	3 177	213 762	252 573	197 869	1 848 505
Em Dezembro de 2012						
Em Dezembro de 2012	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	5+ anos	Total
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	231 076
Recursos de clientes	538 601	94 330	286 170	-	-	919 101
Outros empréstimos	-	-	118 484	150 294	-	268 779
Outros passivos	-	39 646	-	-	-	39 646
	679 213	194 114	434 980	150 294	-	1 458 601
Activos detidos para gestão de risco de liquidez	658 398	107 790	310 577	300 587	340 428	1 717 780

3.5.3 ANÁLISE DE MATURIDADES E RISCO DE LIQUIDEZ

Em Dezembro de 2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	5+ anos	Total	Em Dezembro de 2012	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	5+ anos	Total
Activos							Activos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	193 847	-	-	-	-	193 847	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	170 611	-	-	-	-	170 611
Disponibilidades em outras instituições de crédito	423 268	-	-	-	-	423 268	Disponibilidades em outras instituições de crédito	81 741	-	-	-	-	81 741
Aplicações em instituições de crédito	11 001	-	-	64 766	-	75 767	Aplicações em instituições de crédito	193 049	-	16 957	71 087	-	281 093
Crédito a clientes	473 126	3 177	124 795	177 264	196 337	974 699	Crédito a clientes	348 216	121 792	84 176	189 151	398 213	1 141 548
Activos financeiros disponíveis para venda	79 883	-	-	-	1 532	81 415	Activos financeiros disponíveis para venda	19 948	-	-	-	1 532	21 480
Activos por impostos correntes	-	-	-	10 543	-	10 543	Activos por impostos correntes	-	-	-	-	9 891	9 891
Outros activos	-	-	88 967	-	-	88 967	Outros activos	-	-	174 093	-	-	174 093
1 181 125	3 177	213 762	252 573	197 869	1 848 505		813 565	121 792	275 226	260 238	409 636	1 880 457	
Passivos							Passivos						
Recursos de outras Instituições de crédito	51 897	-	-	-	-	51 897	Recursos de outras Instituições de crédito	140 612	60 138	30 326	-	-	231 076
Recursos de clientes	874 558	59 140	79 543	-	-	1 013 241	Recursos de clientes	538 601	94 330	286 170	-	-	919 101
Outros empréstimos	-	-	37 600	162 108	18 800	218 508	Outros empréstimos	-	-	118 484	150 294	-	262 779
Outros passivos	-	60 867	-	-	-	60 867	Outros passivos	-	39 646	-	-	-	39 646
926 454	120 007	117 143	162 108	18 800	1 344 512		679 213	194 114	434 980	150 294	-	-	1 458 601
Posição líquida	254 670	(116 830)	96 618	90 465	179 069	503 993	Posição líquida	134 352	(72 322)	(159 754)	109 944	409 636	421 856

3.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional consiste na possibilidade do Banco sofrer perdas financeiras relativamente a matérias com trabalhadores, especificações contratuais e documentação, tecnologia, infraestrutura, falha e desastre, projectos, influências externas e relações com clientes. O risco operacional inclui riscos legais mas exclui os riscos do negócio, estratégico e de reputação. O risco operacional pode decorrer de processos, pessoas, sistemas e situações externas. O risco operacional pode ser dividido em eventos de elevada frequência/pouca gravidade, que se podem verificar frequentemente mas que, em cada caso, expõem o Banco a baixos níveis de perdas, e eventos de baixa frequência/grande gravidade que são, por norma, raros, mas que, a verificarem-se, acarretariam enormes perdas ao Banco.

O Banco envida os melhores esforços para reduzir estes riscos através de uma sólida estrutura de governação corporativa e sistemas de controlo interno, complementados por um sistema de valores robusto. A Administração tem a responsabilidade de implementar e manter processos e procedimentos operacionais eficazes e estes encontram-se documentados em vários manuais que são periodicamente revistos para ter em conta qualquer necessidade de alteração. O departamento de Auditoria Interna afere a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à Administração sempre que aplicável.

3.7 RISCO DE SOLVABILIDADE

O capital e reservas sem imparidade demonstram o compromisso dos accionistas de garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência afere-se em função do rácio de solvabilidade que requer que o capital seja mantido como relação dos activos classificados ponderados pelo risco.

O Banco tem a obrigação de deter capital suficiente para manter um rácio de solvabilidade que esteja acima dos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que são de 8%. O rácio de solvabilidade do Banco em 31 de Dezembro de 2013 era de 29.33% (2012: 21.12%).

3.8 GESTÃO DE CAPITAL

O conceito implica a manutenção de uma posição ideal de liquidez e rácios prudenciais em cumprimento das normas e regulamentos locais. Os objectivos do Banco relativamente à gestão de capital, que é um conceito mais alargado do que "situação líquida" ao nível do balanço, são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital definidos pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora das instituições financeiras no local onde o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do Banco de prosseguir em actividade para que possa continuar a dar retorno aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- Manter uma sólida base de capital para sustentar o desenvolvimento da sua actividade.

A solvência e a utilização do capital obrigatório são periodicamente monitoradas pela gestão do Banco que recorre a técnicas assentes nas directrizes emitidas pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação obrigatória é objecto de apresentação mensal ao banco central. O banco central exige a cada banco ou grupo bancário que:

- detenha o nível mínimo de capital obrigatório de MT 70.000; e
- mantenha um rácio de capital obrigatório total para o activo com ponderação de risco (o "rácio de solvabilidade") igual ou superior ao mínimo de 8%.

Os activos com ponderados pelo risco são aferidos mediante uma hierarquia de cinco ponderações de risco, classificadas em função da natureza de – e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados – cada activo e contraparte, tendo em conta quaisquer garantias elegíveis. Adopta-se tratamento semelhante para exposição extrapatrimonial, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza mais imprevisível de potenciais perdas.

3.9. INFORMAÇÃO RELATIVA AO JUSTO VALOR

O Banco calcula o justo valor usando a seguinte hierarquia do justo valor que reflecta a importância dos critérios usados para o cálculo do mesmo.

- Nível 1: Preço cotado do mercado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico
- Nível 2: As técnicas de avaliação com base em dados observáveis directamente (como preço) ou indirectamente (derivado de preços). Esta categoria inclui instrumentos avaliados utilizando: preços cotados de mercados activos para instrumentos similares; preços cotados por instrumentos idênticos ou similares em mercados que são considerados menos activos; ou outras técnicas de avaliação onde todos os dados significativos são directamente ou indirectamente observáveis através de dados de mercado.
- Nível 3: Técnicas de avaliação usando dados significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui dados não observáveis na avaliação

Nota	Créditos e valores a receber	Disponíveis para venda	Outros custos amortizados	Valor contabilístico total	Justo Valor
	MT	MT	MT	MT	MT
A Dezembro de 2013					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades	9, 10	-	-	617 115	617 115
Activos financeiros disponíveis para venda	12	-	81 415	-	81 415
Aplicações em instituições de crédito	11.1	75 767	-	-	75 767
Crédito a clientes	11.2	974 698	-	-	974 698
		1 050 465	81 415	617 115	1 748 698
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições financeiras	16, 1	-	-	51 897	51 897
Recursos de clientes	16, 2	-	-	1 013 241	1 013 241
Outros empréstimos	17	-	-	218 508	218 508
		-	-	1 231 750	1 231 750
A Dezembro de 2012					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades	9, 10	-	-	255 869	255 869
Activos financeiros disponíveis para venda	12	-	21 480	-	21 480
Aplicações em instituições de crédito	11.1	88 044	-	-	88 044
Crédito a clientes	11.2	1 141 547	-	-	1 141 547
		1 229 591	21 480	255 869	1 506 940
Passivos financeiros					
Recursos de clientes	15	-	-	1 150 177	1 150 177
Outros empréstimos	17	-	-	267 982	267 982
		-	-	1 418 159	1 418 159

Fundos próprios de base	2013	2012
	MT	MT
Capital realizado	1 457 668	1 038 293
Resultados acumulados	(877 505)	(654 946)
Activos intangíveis	(43 404)	(30 522)
Total de Capital de Nível I	536 759	352 825
Insuficiência de provisões	(143 304)	(79 655)
Outros	-	(31 094)
Total Capital de Nível II	(143 304)	(110 749)
Fundos próprios elegíveis	393 455	242 076
Capital obrigatório	70 000	70 000
Activos ponderados por risco - no balanço	1 341 279	1 142 950
Activos ponderados por risco- extrapatrimoniais	184	3 490
	1 341 463	1 146 440
Rácio de adequação de fundos próprios de base - Nível I	40,01%	30,78%
Rácio de adequação de fundos próprios de base - Nível II	-10,68%	-9,66%
Rácio de solvabilidade	29,33%	21,12%

dos instrumentos. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em preços cotados para instrumentos similares, onde ajustes não observáveis significativos ou pressupostos são necessários para reflectir diferenças entre os instrumentos.

Os únicos instrumentos financeiros que são apresentados ao justo valor são os activos disponíveis para venda (Bilhetes do Tesouro). A hierarquia do justo valor é do nível 2. As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados. O objectivo das técnicas de avaliação é o de chegar a uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do balanço, que teria sido determinado pelos participantes do mercado em uma transacção efectiva. Não houve transferências entre as hierarquias do justo valor.

CLASSIFICAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas do Banco permitem que os Activos e Passivos sejam classificados em categorias diferentes tendo em conta a sua natureza e determinadas circunstâncias. Abaixo encontram-se as classificações de Activos e Passivos do Banco:



3.9.1 CRÉDITO A CLIENTES

As características da carteira de crédito encontram-se descritas na nota 11 e a Administração prevê que o valor contabilístico dos créditos se aproxima do respectivo justo valor, tendo em conta que foram reconhecidas perdas por imparidade prudentes e adequadas numa base individual e da carteira, aquando da determinação do valor contabilístico dos créditos e aplicações.

3.9.2 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DE CLIENTES

Relativamente aos depósitos à ordem e depósitos sem data de vencimento definida, considera-se que o justo valor é o montante devido por interpelação à data do balanço.

3.9.2 BILHETES DO TESOURO

Os bilhetes do tesouro são mensurados ao justo valor. Não houve nenhuma compensação de activos e passivos financeiros

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS CRÍTICOS

O Conselho de Administração aprova a aplicação das principais políticas contabilísticas e estimativas desenvolvidas pela gestão. As referidas políticas contabilísticas e estimativas encontram-se divulgadas nestas demonstrações financeiras.

PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITO E APLICAÇÕES

O Banco analisa regularmente a sua carteira de crédito para determinar a deterioração pelo menos trimestralmente.

Ao determinar se uma perda por imparidade deve ser registada na demonstração do rendimento integral, o Banco faz julgamentos sobre se há alguns dados observáveis indicando um indicio de imparidade e em seguida avalia a possível redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados da carteira de crédito. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma evolução desfavorável da situação

do pagamento dos clientes em um grupo, ou condições económicas internacionais ou nacionais que se correlacionam com as falhas sobre os activos do Banco. São utilizadas estimativas baseadas na experiência histórica de perdas em activos com características de risco de crédito e evidência objectiva de imparidade semelhantes aos da carteira durante o planeamento dos seus fluxos de caixa futuros.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar a quantidade e a tempetividade dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O justo valor de instrumentos financeiros onde não existe mercado activo e não existem preços cotados disponíveis, é determinado usando técnicas de avaliação. Nestes casos, o justo valor é estimado a partir de dados observáveis em relação

a instrumentos financeiros semelhantes ou usando modelos. No caso em que os dados observáveis de mercado não estão disponíveis, são estimados com base em pressupostos adequados. As técnicas de avaliação (por exemplo, Modelos) são usados para determinar o justo valor, são validados e revistos periodicamente por pessoal qualificado independente dos que os preparam. Todos os modelos são certificados antes de serem usados, e os modelos são calibrados para assegurar que os resultados reflectem os dados reais e os preços de mercado comparativos. Sempre que possível, os modelos devem utilizar apenas dados observáveis; no entanto, áreas como o risco de crédito (tanto como de contraparte) volatilidades e correlações exigem que a Administração faça estimativas. Mudanças nos pressupostos sobre esses factores poderão afectar o justo valor apresentado dos instrumentos. Ver nota 3.9 com a informação do justo valor.

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Activos por Impostos diferidos são recon-

hecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível permitindo o consumo dos prejuízos.

O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do activo por imposto diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planeamento fiscal futuras.

Activos e passivos fiscais diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera aplicar no período em que o activo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas na data da posição financeira. Até ao final do ano de 2013, a Administração era da convicção de que o Banco não vai fazer lucros suficientes nos próximos cinco anos para absorver a totalidade das perdas avaliadas.

Nota	Página	
5.	Margem Financeira	56
6.	Comissões Líquidas	56
7.	Produto bancário	57
8.	Perdas operacionais	57
9.	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	58
10.	Disponibilidades em Instituições de Crédito	58
11.	Crédito e Aplicações	58
12.	Activos Financeiros Disponíveis para Venda	60
13.1	Activos tangíveis	61
13.2	Activos intangíveis	63
14.	Activos por imposto correntes	63
15.	Outros activos	64
16.	Recursos de Clientes e outras Instituições do crédito	65
17.	Outros empréstimos	66
18.	Provisões	67
19.	Outros Passivos	68
20.	Capital Social	69
21.	Resultados transitados	70
22.	Fluxo utilizado durante operações	70
23.	Variação dos activos e passivos operacionais	71
24.	Partes relacionadas	71
25.	Taxas de conversão cambial	73
26.	Eventos verificados após o balanço	73

5. MARGEM FINANCEIRA

	2013	2012
	MT	MT
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades em instituições de crédito	1	-
Aplicações em instituições de crédito	2 809	5 571
Crédito a clientes	228 686	216 228
Outros juros e rendimentos similares	3 084	11 606
	234 580	233 405
Juros e encargos similares		
Recursos de bancos centrais	(16)	(833)
Recursos de instituições de crédito	(7 147)	(14 086)
Recursos de clientes	(106 287)	(105 707)
Outros juros e encargos similares	(5 379)	(10 232)
	(118 829)	(130 857)
Margem financeira	115 751	102 548

6. COMISSÕES LÍQUIDAS

	2013	2012
	MT	MT
Comissões recebidas		
Por serviços bancários	13 585	22 354
Outros	2 926	1 505
	16 511	23 859
Comissões pagas		
Por garantias recebidas	(826)	(73)
Por compromissos irrevogáveis	-	(1 658)
Por serviços bancários	(1 535)	(3 604)
Outros	-	-
	(2 361)	(5 335)
Comissões Líquidas	14 150	18 524

7. PRODUTO BANCÁRIO

	2013	2012
	MT	MT
7.1 Resultado de operações financeiras	(19)	8 370
7.2 Outros resultados operacionais		
Resultados de reavaliação cambial	3 952	16 197
	3 933	24 567

8. PERDAS OPERACIONAIS

	2013	2012
	MT	MT
8.1 Custos de estrutura		
Custos com pessoal	(125 644)	(118 818)
Custos administrativos	(56 859)	(65 320)
Serviços especializados	(69 884)	(48 207)
Amortizações do exercício	(25 629)	(38 309)
Rendas	(28 860)	(28 886)
Assistência técnica da RIAS	(8 629)	(24 386)
Honorários de Auditoria e Consultoria	(6 435)	(2 939)
	(321 940)	(326 865)

8.1 Provisões

Provisões (nota 18)	(5 231)	(41 150)
	(5 231)	(41 150)

Os encargos com pessoal incluem um montante de MTN 3 922 (2012: 3 756) que corresponde às contribuições para o INSS - Instituto Nacional de Segurança Social.

Os encargos com assistência técnica estão relacionados com serviços prestados por um especialista do Rabobank, nas áreas de vendas e crédito, incluindo segmentos administrativos.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco tinha 157 trabalhadores (2012: 158).

9. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2013	2012
	MT	MT
Saldos de caixa	91 960	69 198
Depósito no Banco de Moçambique	101 887	101 413
	193 847	170 611

O depósito no Banco de Moçambique, no montante de MTN 101 887 (2012: MTN 101 413), permite ao Banco cumprir a reserva obrigatória mínima de 8,00% (2012: 8%) de um total de depósitos autorizados nos termos da lei n.º 6/9 BM/09, de 3 de Agosto. As reservas obrigatórias não rendem juros.

10. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2013	2012
	MT	MT
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais	6 144	7 933
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito estrangeiras	417 123	73 808
	423 268	81 741

Os depósitos à ordem junto de instituições de crédito estrangeiras incluem uma contribuição de capital efectuada pelo Rabo Development B.V., que se encontra explicada em maior detalhe na Nota 20.

11. CRÉDITO E APLICAÇÕES

	2013	2012
	MT	MT
11.1 Aplicações em Instituições de Crédito		
Aplicações de curto prazo	64 766	281 093
Depósitos overnight	11 001	-
Total de aplicações em Instituições de Crédito	75 767	281 093

As datas de vencimento das aplicações são as seguintes:

Até 1 mês	11 001	173 052
De 1 a 3 meses	-	36 954
De 3 a 12 meses	-	713
Mais de 12 meses	64 766	70 374
	75 767	281 093

11.2 Crédito a clientes

Empréstimos		
Crédito vincendo	467 850	655 553
Crédito vencido	402 512	195 478
	870 362	851 031
Descobertos bancários		
Crédito vincendo	222 690	368 346
Crédito vencido	58 250	84 262
	280 940	452 608
Total	1 151 302	1 303 639

	2013	2012
	MT	MT
Menos: abatimentos por imparidades		
- Imparidade específica	(164 318)	(151 802)
- Imparidade colectiva	(12 285)	(10 092)
Total de imparidade	(176 603)	(162 092)
Crédito líquido a clientes	974 699	1 141 547

11.3 Imparidade de crédito

Saldo no início do período	162 092	116 629
Abates	(13 913)	(78 603)
- Dotação / (Reversão) de imparidade específica	26 430	125 170
- Dotação / (Reversão) de imparidade colectiva	1 995	(1 104)
Sub-total	28 425	124 066
Saldo no final do período	176 603	162 092

A imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações é de MTN (28 425) (2012: MTN 124 066).

12. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2013	2012
	MT	MT
Análise de maturidades		
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	79 883	-
Mais de 3 meses	-	19 948
Instrumentos de capital (Simo)	1 532	1 532
	81 415	21 480

A taxa média de juro dos bilhetes de tesouro durante o ano foi de 3,69% (2012: 3,22%). Os juros destes activos encontram-se reconhecidos na rubrica juros e rendimentos similares.

13. ACTIVOS FIXOS

13.1 ACTIVOS TANGÍVEIS

	Mobiliário e equipamento de escritório	Equipamento Informático	Veículos ¹	Edifícios e benfeitorias	Total
	MT	MT	MT	MT	MT
2013					
Custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	39 706	48 358	28 404	66 473	182 941
Adições de exercício	560	4 616	1 794	122	7 091
Alienações de exercício	-	-	(4 133)	-	(4 133)
Em 31 de Dezembro de 2013	40 266	52 974	26 065	66 595	185 899
Amortização Acumulada					
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	20 195	36 981	15 496	48 576	121 248
Amortização de exercício	3 787	6 428	4 906	4 705	19 826
Alienações	-	-	(3 242)	-	(3 242)
Em 31 de Dezembro de 2013	23 982	43 409	17 160	53 281	137 832
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2013	16 283	9 565	8 905	13 314	48 067
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2012	19 511	11 377	12 908	17 897	61 693
2012					
Custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	38 618	37 563	20 957	61 221	158 359
Adições de exercício	1 172	11 006	8 974	5 252	26 404
Alienações de exercício	(84)	(211)	(1 527)	-	(1 822)
Em 31 de Dezembro de 2012	39 706	48 358	28 404	66 473	182 941
Amortização acumulada					
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	15 445	29 528	10 859	43 045	98 877
Amortização de exercício	4 757	7 460	5 922	5 614	23 753
Alienações	(7)	(7)	(1 285)	(83)	(1 382)
Em 31 de Dezembro de 2012	20 195	36 981	15 496	48 576	121 248
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2012	19 511	11 377	12 908	17 897	61 693
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2011	27 447	7 604	6 255	18 176	59 482



13.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	2013	2012
	MT	MT
Custo		
Saldo em 1 de Janeiro	116 132	96 658
Adições do exercício	18 685	19 474
Em 31 de Dezembro	134 817	116 132
Amortização acumulada		
Saldo em 1 de Janeiro	85 610	70 334
Amortização do exercício	5 803	15 276
Em 31 de Dezembro	91 413	85 610
Valor líquido contabilístico	43 404	30 522

Os activos intangíveis são compostos por licenças para o sistema informático bancário (T24) e respectivas actualizações, o sistema informático de contabilidade (Primavera) e o sistema Accyss para o processamento de salários. O software e os activos intangíveis são amortizados por um período máximo de três anos, segundo o método das quotas constantes.

14. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

	2013	2012
	MT	MT
Activo por imposto corrente	10 543	9 891
	10 543	9 891

Os montantes de imposto estão relacionados com as retenções em juros de bilhetes do tesouro, no montante de MTN 10 543 (2012: MTN 9 891). Este valor é recuperável quando o Banco começar a gerar lucros.

15. OUTROS ACTIVOS

	2013	2012
	MT	MT
Accionistas	65 943	97 036
Adiantamento de valores e outros activos	15 774	17 057
Contas de compensação e suspensas	7 250	60 000
	88 967	174 093

No final de 2012 as dívidas dos accionistas eram compostas por uma dívida da GAPI no montante de MTN 7 586 e por um montante de MTN 89 450 relativo ao capital subscrito e posteriormente realizado pelo Rabo Development B.V. No final de 2012, esta classe incluía uma rubrica com contas de compensação e suspensas, cujo saldo ascendia a MTN 54 437 e resultava de uma diferença entre os dois principais sistemas de informação em uso no Banco e para o qual foi criada no mesmo exercício uma provisão de MTN 42 000. Esta situação originou uma reserva dos auditores independentes no relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras de 2012, tendo o Conselho de Administração iniciado um projecto que teve por objectivo analisar e resolver as origens desta situação.

A análise da diferença entre os dois sistemas de informação foi concluída em 2013, e as origens do problema foram devidamente identificadas e materialmente resolvidas. A execução deste projecto teve implicações financeiras que se apresentam como segue:

É também neste contexto, e conforme também referido na nota 20 que é assinado um acordo de subscrição de capital entre os actuais accionistas e o Montepio Holdings, SGPS, S.A. ("Montepio") na qualidade de potencial investidor, que prevê que os accionistas Norfund e RBDV assumam perante o Montepio uma indemnização de MTN 73 000 destinada a cobrir as perdas potenciais que excedessem o valor de MTN 42 000 que havia sido provisionado em 2012. A perda de MTN 61 800 foi coberta pela indemnização acima mencionada e está incluída na dívida dos actuais accionistas no final de 2013, no valor de MTN 65 943, a qual inclui também o montante de MTN 4 143 referente à assistência técnica providenciada pela Norfund. O montante de MTN 45,572 referente a outros passivos referido na Nota 19 inclui o valor de MTN 12,178 dos MTN 16,027 acima mencionados referentes a despesas com o projecto.	Perdas registadas da reconciliação	77 773
	Despesas relacionadas com o projecto	16 027
	Utilização parcial da provisão criada em 2012	(32 000)
	Total de custo	61 800

16. RECURSOS DE TERCEIROS

16.1 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DO CRÉDITO

	2013	2012
	MT	MT
Depósitos de curto prazo de instituições de crédito	51 897	231 076
Balanço em 31 de Dezembro de 2013	51 897	231 076
Análise de maturidade:		
Até 1 mês	51 897	-
De 1 a 3 meses	-	231 076
Balanço em 31 de Dezembro de 2013	51 897	231 076

16.2 RECURSOS DE CLIENTES

	2013	2012
	MT	MT
Análise de maturidade		
À ordem	874 558	553 303
Menos de 3 meses	59 140	117 320
De 3 meses a 1 ano	79 543	248 478
Mais de 1 ano	-	-
	1 013 241	919 101
Análise de moeda		
Moeda nacional	942 717	849 792
Moeda estrangeira	70 524	69 309
	1 013 241	919 101
Análise de produto		
Depósitos à ordem	531 872	239 242
Poupanças	303 855	223 323
Depósitos a prazo	177 514	456 535
	1 013 241	919 101

No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e a Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados.

Em 6 de Dezembro de 2013, foram transferidos USD 6 milhões para o fundo, os quais foram convertidos em meticais. No final do ano, as aplicações a curto-prazo do Banco incluem um valor de MTN 179 984 que respeita a este fundo

17. OUTROS EMPRÉSTIMOS

	2013	2012
	MT	MT
Linha de crédito FARE	-	4 084
Linha de crédito do Governo de Moçambique (vide (a) abaixo)	85 609	113 335
Crédito do FMO (vide (a) abaixo)	132 899	151 360
	218 508	268 779

Em Junho de 2009 e Setembro de 2011, o Banco recebeu uma linha de crédito especial equivalente a EUR 6,4 milhões convertidos em Meticais, à data de recepção de cada prestação e nos termos do contrato celebrado entre a KfW, o Governo de Moçambique e o Banco Terra (contratante).

Os montantes são devidos ao beneficiário em meticais em 2013 e 2015. O crédito destina-se ao financiamento da expansão de pequenas e médias empresas (PME) e instituições de micro-crédito (IMF) durante um prazo de 6 e 4 anos, respectivamente, com início em 2009.

Em Novembro de 2011, o Banco recebeu um montante adicional de EUR 1,68 milhões e em 2010 foi utilizada uma parte da linha de crédito, no montante de EUR 3,6 milhões, para realizar o capital social da GAPI, não tendo a KfW levantado qualquer objecção a esta operação. A linha de crédito das PME vence juros à taxa que corresponder a 75% da taxa de juro dos bilhetes do tesouro do último semestre.

A linha de crédito das IMF vence juros à taxa equivalente a 60% da taxa de juro dos depósitos a prazo mais 40% da taxa de juro dos depósitos-poupança do Banco Terra, no momento do desembolso.

a) O crédito concedido pela Nederlandse Financierings - Maatschappij voor Ontwikkelingslanden, N.V., The Hague ("FMO") por 5 anos vence juros semestrais a taxas que variam entre os 4% e os 5% e que são comunicadas periodicamente pelo FMO.

18 PROVISÕES

	2013	2012
	MT	MT
Em 1 de Janeiro	42 000	28 236
Imputado à demonstração do rendimento integral (nota 8.2)	5 301	41 150
Utilizado durante o exercício	(32 000)	(27 316)
em 31 de Dezembro	15 301	42 070

Os movimentos do exercício estão relacionados com o assunto referido na nota 15. O remanescente de MTN 10 000 relativo à provisão no valor de MTN 42 000 foi mantido para cobrir perdas residuais no alinhamento dos sistemas.

19 OUTROS PASSIVOS

	2013	2012
	MT	MT
19.1 Outros passivos		
Dividas à RIAS	3 374	2 239
Donativos não utilizados do Governo norueguês	2 266	2 714
Outros passivos	45 572	27 937
Imposto retido	9 654	6 756
	60 867	39 646

A dívida ao Rabobank International Advisory Services ("RIAS") refere-se a despesas de gestão e assistência técnica no valor de EUR 81 430 (2012: EUR 57 083).

O Governo norueguês contribuiu com donativos para suportar custos de assistência técnica e outros serviços especializados para apoio e desenvolvimento das actividades de clientes do sector agrícola do Banco. Nestes termos, o Banco recebeu NOK 12 milhões durante um período de três anos. Deste montante, encontram-se por utilizar MTN 2 266.

O saldo da rubrica de outros passivos inclui as dívidas aos fornecedores do Banco e um montante de MTN 12 178 relativo a serviços de consultoria associados à resolução da situação referida na Nota 15. Está também incluído nesta rubrica um montante de MTN 17 400 relativo a serviços de consultoria para a procura de novos investidores para o Banco, conforme explicação dada na Nota 20.

O imposto a pagar diz respeito a imposto sobre operações bancárias e à retenção na fonte de imposto sobre outros serviços.

20. CAPITAL SOCIAL

	Número de acções	% de participações sociais	MT
Capital social em 31 de Dezembro de 2012			
Rabo Financial Institutions Development (RFID) B.V.	55 676 710	49.37	556 767
GAPI Sociedade de Investimento	20 172 730	17.89	201 727
Norfund	36 924 860	32.74	369 246
	112 774 300	100.00	1 127 743
Capital social subscrito pela GAPI e realizado pela RDBV			
Rabo Development B.V. ('RDBV')	8 945 000		
GAPI Sociedade de Investimento	(8 945 000)		
Capital social depois a realização pelo RDBV do capital subscrito pela GAPI			
Rabo Development B.V.	64 621 710	57.30	646 217
GAPI Sociedade de Investimento	11 227 730	9.96	112 277
Norfund	36 924 860	32.74	369 246
	112 774 300	100.00	1 127 743
Transferência de acções entre accionistas			
Rabo Development B.V.	6 648 767		
GAPI Sociedade de Investimento	(1 666 315)		
Norfund	(4 982 452)		
Capital social depois da transferência de acções			
Rabo Development B.V.	71 270 477	63.20	712 705
GAPI Sociedade de Investimento	9 561 415	8.48	95 614
Norfund	31 942 408	28.32	319 424
	112 774 300	100.00	1 127 743
Aumento de Capital social no exercício de 2013			
Rabo Development B.V.	32 992 485	-	329 925
Capital social depois do aumento de capital			
Rabo Development B.V.	104 262 962	71.53	1 042 630
GAPI Sociedade de Investimento	9 561 415	6.56	95 614
Norfund	31 942 408	21.91	319 424
	145 766 785	100.00	1 457 668

Em 30 de Maio de 2013, o Rabo Development B.V. ("RDBV") adquiriu 8,945,000 acções que haviam sido subscritas pela GAPI, S.I., em Maio de 2012, por um montante de MTN 89 450.

Durante o exercício 2013, os accionistas procuraram um novo investidor estratégico e esta procura culminou com a assinatura, em 25 de Setembro de 2013, de um Acordo de Empreendimento Conjunto ("JVA") e de um Acordo de Subscrição de Acções ("SSA") entre os accionistas actuais, o Rabo Development B.V. ("RDBV"), o Norwegian Investment Fund for Developing Countries ("Norfund") e GAPI S.I., S.A. ("GAPI"), e o novo potencial accionista, o Montepio Holdings, SGPS, S.A. ("Montepio").

No âmbito deste SSA, o RDBV e Montepio irão reforçar o capital do Banco através de duas prestações, a primeira das quais no montante de MTN 900 000. Em Dezembro de 2013, o RDBV realizou a primeira parte, no montante de MTN 329 925 e em 21 de Janeiro de 2014, o Banco de Moçambique deu a aprovação condicional para reforço do capital por parte do Montepio, sujeita à não objecção pelo Banco de Portugal.

Conforme também referido na nota 15, este SSA contempla uma indemnização dos accionistas, RDBV e Norfund, para cobrir perdas provenientes da diferença detectada em 2012 entre os dois principais sistemas de informação do Banco e que foi objecto de uma reserva por parte dos auditores externos no relatório de auditoria às demonstrações financeiras de 2012.

21. RESULTADOS TRANSITADOS

	2013	2012
	MT	MT
No início do período	(655 743)	(746 557)
Redução autorizada do capital social	-	437 257
Rendimento integral do exercício	(221 762)	(346 443)
	(877 505)	(655 743)

22. FLUXO UTILIZADO DURANTE OPERAÇÕES

	2013	2012
	MT	MT
Prejuízo antes de impostos	(221 762)	(346 443)
Ajustamentos em função de itens não monetários:		
Reavaliação cambial	(3 952)	(16 427)
Imparidade de crédito	28 425	124 066
Provisões	5 231	41 150
Depreciação e amortização	25 629	38 309
Perdas em alienações	327	229
Fluxo utilizado durante as operações	(166 102)	(159 116)

23. VARIAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS

	2013	2012
	MT	MT
Passivos		
Recursos de outras instituições de crédito	(179 179)	(156 943)
Recursos de clientes	94 140	199 266
Outros passivos	21 221	(93 606)
Outros empréstimos	(50 271)	153 741
Aumento dos passivos operacionais	(144 089)	102 458
Activos		
Activos financeiros disponíveis para venda	(59 935)	135 305
Aplicações em instituições de crédito	205 326	(219 827)
Crédito a clientes	142 375	(152 737)
Outros activos	52 475	(86 974)
Redução dos activos operacionais	340 240	(324 233)
Variação líquida dos activos e passivos correntes	226 151	(221 775)

24. PARTES RELACIONADAS

Os accionistas do Banco são o Rabo Development (RFID) B.V., a GAPI S.I. e a Norfund. Durante o exercício de 2013, foram realizadas várias operações bancárias com partes relacionadas no decurso da actividade normal do Banco, as quais incluem créditos, depósitos ou aplicações e operações cambiais.

No final do ano não existiam provisões reconhecidas com respeito a créditos concedidos a associadas em 2013 (2012: zero) e os saldos e transacções com partes relacionadas eram os seguintes:

Entidade	Custos de Rendas	Custos de assistência técnica	Compensação e outros custos	Créditos e Depósitos Aplicações	2013	
					Outros Activos	Outros passivos
RDBV				20 124	39 822	
RIAS		8 629				
GAPI	11 329	2 494	1 344	1 247		
NORFUND					26 121	
GESTORES			34 213	4 002		

Entidade	Custos de Rendas	Custos de assistência técnica	Compensação e outros custos	Créditos e Depósitos Aplicações	2012	
					Outros Activos	Outros passivos
RDBV				20 811		
RIAS		9 415				2 239
GAPI	9 304			5 770	97 036	
NORFUND						6 698
GESTORES			58 584	4 517		

25. TAXAS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio para converter os saldos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2013.

Taxa de fecho MT 30,085/USD (2012: MT 29,75/USD)

Taxa média MT 30,12/USD (2012: MT 28,54/USD)

As taxas referidas baseiam-se nas taxas oficiais do Banco de Moçambique.

26. EVENTOS VERIFICADOS APÓS O BALANÇO

No dia 21 de Janeiro 2014, o Banco de Moçambique autorizou o aumento do capital pelo Montepio. Esta autorização que está sujeita à não objecção por parte do Banco de Portugal, permitirá um aumento do capital social do Banco no montante de MTN 570 075.

Após a data do balanço, não se verificaram outros factos ou situações de relevo que justifiquem menção.



MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

Rubricas	Notas / Quadros Anexos	Ano - 2013		Valor Líquido	Dezembro 2012
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações		
Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	193,847	-	193,847	165,232
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	423,268	-	423,268	90,637
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	79,883	-	79,883	19,948
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	11,001	-	11,001	193,048
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	1,216,068	176,601	1,039,466	1,229,592
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	-	-	-	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	185,899	137,833	48,067	61,693
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	128,576	85,173	43,403	30,522
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1,532	-	1,532	1,532
300	Activos por impostos correntes	10,543	-	10,543	9,891
301	Activos por impostos diferidos	-	-	-	-
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	88,968	-	88,968	81,658
	Total de Activos	-	2,339,585	399,607	1,939,978

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano	Ano Anterior
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	-	-
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	-	-
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	1,198,037	1,291,546
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	15,301	42,070
490	Passivos por impostos correntes	-	6,756
491	Passivos por impostos diferidos	-	-
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	146,477	160,831
	Total de Passivo	-	1,359,815
Capital			
55	Capital	1,457,668	1,038,293
602	Prémios de emissão	-	-
57	Outros instrumentos de capital	-	-
- 56	(Acções próprias)	-	-
58 + 59	Reservas de reavaliação	-	-
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	(655,743)	(309,300)
64	Resultado do exercício	(221,762)	(346,443)
- 63	(Dividendos antecipados)	-	-
	Total de Capital	-	580,163
	Total de Passivo + Capital	-	1,939,978

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Anexo à Circular nº3/SHC/2007

Rubricas	Ano - 2013	Ano anterior	
			Produto bancário
79 + 80	Juros e rendimentos similares	234,580	233,405
66 + 67	Juros e encargos similares	119,262	133,178
	Margem financeira	115,318	100,227
82	Rendimentos de instrumentos de capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e comissões	16,511	23,859
68	Encargos com serviços e comissões	(1,928)	(3,015)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	(2,982)	(29,042)
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	-	68
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	(25,149)	55,198
	Resultado antes de impostos	(221,762)	(346,443)
	Impostos		
65	Correntes	-	-
74 - 86	Diferidos	-	-
	Resultados após impostos	(221,762)	(346,443)
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-